



Ministério Público de Sergipe
Procuradoria-Geral de Justiça

Relatório Anual **2010**



INTRODUÇÃO

A Procuradoria-Geral de Justiça de Sergipe, em face da conclusão do mandato da gestora no mês de novembro, apresenta relatório administrativo parcial do exercício de 2010 com o objetivo de assegurar, aos membros e servidores do Ministério Público, bem como à sociedade de Sergipe, a publicidade e transparência da gestão pública, registrando oficialmente o desenvolvimento institucional do Órgão Ministerial.

Incumbido da defesa da **ordem jurídica**, do **regime democrático** e dos **interesses sociais e individuais indisponíveis**, o Ministério Público é instituição essencial à função jurisdicional do Estado. Além das funções que lhe são cometidas pelo art. 129 da Constituição Federal, o Ministério Público tem assumido frequentemente a interlocução com os diversos setores da sociedade, sendo chamado a atuar como mediador até mesmo naquelas relações que não se inscrevem em suas atribuições legais. Exercita suas funções institucionais nos **processos penais e cíveis**, protege o **meio ambiente**, o **consumidor**, o **idoso**, o **deficiente**, a **criança e o adolescente**, vela pelos **grupos minoritários e vulneráveis**, defende o **patrimônio público**, exerce o **controle externo da atividade policial**, fiscaliza o **sistema prisional** e as **entidades do terceiro setor**, os **serviços de relevância pública**, o **patrimônio histórico e cultural**, as **normas urbanísticas**, assim como procura fomentar o **desenvolvimento da cidadania** promovendo eventos (cursos, simpósios, congressos, campanhas, etc.) sobre os temas acima elencados.

Para atender a tantas demandas, exige-se um crescimento constante de seus recursos humanos e materiais, todavia, o aporte orçamentário assegurado ao Ministério Público ainda é bastante limitado, posto que a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal - LC nº 101/00 (LRF) fixou o limite máximo de gastos com pessoal em **2% da Receita Corrente Líquida do Estado** (RCL), criando, destarte, severo óbice ao desenvolvimento de suas atividades ao longo do tempo, tendo em vista a disparidade deste percentual em relação ao assegurado ao Poder Judiciário, que dispõe de 6% da Receita Corrente Líquida para fazer frente a despesas desta natureza.

Mais uma vez, a administração do Ministério Público buscou realizar o equilíbrio entre austeridade e eficiência, racionalizando os recursos disponíveis, sobretudo no campo dos colaboradores, dotando o órgão de servidores efetivos com plano de carreira estruturado, sem perder de vista os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal. Entretanto, como a limitação versa tão somente quanto a pessoal, investiu maciçamente em tecnologia, estruturação física e material das unidades e setores administrativos, adquirindo muitos móveis e equipamentos, veículos, computadores e deixando a construção da nova sede já em fase de acabamento.

Seção I - ESTRUTURA

1. INSTALAÇÕES FÍSICAS

O Ministério Público de Sergipe tem sua SEDE no Edifício Valter Franco, localizado na região central de Aracaju, na Praça Fausto Cardoso, nº. 327, prédio em que ocupa seis, dos sete pavimentos. Ocupa também um pavimento no vizinho Edifício São Carlos e duas garagens, sendo estes três últimos imóveis alugados.

No edifício **sede** funcionam as **Promotorias Especializadas** de Aracaju, a **Administração Superior**, as **Procuradorias de Justiça**, os **serviços administrativos**, de **informática**, **auditórios** e a **Escola Superior do Ministério Público**. As Promotorias funcionam no Fórum Gumersindo Bessa (Aracaju), nos fóruns integrados da Capital, nos fóruns das comarcas do interior e nas quatro sedes próprias no interior, localizadas nas comarcas de **Itabaiana**, **Estância**, **Simão Dias** e **Canindé do São Francisco**.

A construção da nova sede encontra-se em fase final, tendo sido concluída quase toda a estrutura do prédio (resta concluir o piso do subsolo), estando parcialmente feitas as instalação elétrica, hidráulica e lógica. Foram adquiridos os elevadores, as centrais de ar-condicionados, as divisórias e o gerador principal, aguardando concluir os serviços de revestimentos cerâmicos e acabamento para completa instalação. Encontram-se previstos, na programação orçamentária para 2011, recursos suficientes para todo mobiliário, redes de tecnologia da informação e até implementação de novas estruturas na cobertura do prédio não constantes no projeto inicial da obra, tais como: Restaurante, vestiários, áreas de convivência, etc.

A obra relativa ao estacionamento externo da nova sede, constante de projeto, licitação e contratação posteriores ao projeto inicial da obra, possibilitados pela doação de nova área pelo Governo do Estado de Sergipe, encontra-se em fase de substituição do solo original (considerado impróprio pelos estudos de engenharia) e demais serviços de terraplenagem.

2. VEÍCULOS

Ao término da gestão, a frota conta com dezoito (18) veículos executivos, oito (07) veículos administrativos, quatro (05) veículos operacionais (CAO, Perícias e Núcleo de Segurança), três (03) veículos tipo Van, quatro (04) veículos utilitários, um (01) caminhão e seis (06) motocicletas para entrega de notificações e está em curso licitação para aquisição de dois veículos de representação que substituirão outros mais antigos.

Seção II - QUADRO DE PESSOAL

1. EFETIVO DO MP

O quadro de membros ativos do Parquet compreende 136 cargos, porém, no momento é composto por 14 (catorze) Procuradores de Justiça e 118 (cento e dezoito) Promotores de Justiça, totalizando 132 membros. Foi realizado o concurso público para preenchimento dos cargos vagos de Promotor de Justiça, e nomeados 11 candidatos, restando nomear os cargos que dependem de remoções para sua vacância. Quanto aos servidores, além da nomeação de todos os cargos previstos anteriormente, foi realizada reestruturação do quadro permitindo a realização de novo concurso para área administrativa para as modalidades Analistas de Direito (cadastro de reserva), um Biblioteconomista, Analistas e Técnicos em Informática.

TOTAL DE RECURSOS HUMANOS DO MP

CATEGORIA	EM EXERCÍCIO	VAGOS
MEMBROS DO MP	132	4
SERVIDORES EFETIVOS	260	40
SERVIDORES COMISSIONADOS (Sem Vínculo)	80	12
SERVIDORES REQUISITADOS	55	-
SERVIDORES CONVENIADOS	35	-
SUB-TOTAL	562	59
Estagiários	132	13
Terceirizados	51	-
TOTAL	745	69

Seção III – FINANÇAS

1.1. ORÇAMENTO

O Ministério Público, no aspecto orçamentário, está inserido no âmbito do Poder Executivo, porém goza de autonomia para elaboração de sua proposta, bem como para execução de sua despesa, recebendo, até o dia 20 de cada mês, o duodécimo (1/12) de seu Orçamento Anual aprovado pela Assembléia Legislativa.

Face à crise financeira de 2009, que provocou déficit no balanço anual, o montante orçamentário previsto para 2010 não sofreu acréscimos, permanecendo em R\$ 98.440.000,00 (noventa e oito milhões e quatrocentos e quarenta mil reais).

Entrementes, importa frisar que este montante, quando comparado com o total arrecadado pelo Estado, perfaz um percentual relativamente baixo, sobretudo quando comparado à proporção destinada ao Tribunal de Contas e à Assembléia Legislativa, sendo que ambos têm apenas sede na capital para manter sete conselheiros (TCE) e vinte e um deputados (AL), enquanto o MP tem cinco sedes próprias, unidades em todas as trinta e sete comarcas do Estado e, atualmente, cento e trinta e dois membros em atividade.

Quando observado o modo de utilização, percebe-se que mais de 80% deste total é dedicado a despesa com pessoal, sendo que as despesas de custeio daqueles Órgãos são significativamente superiores à do MP. No ano em curso, por exemplo, a previsão das despesas de custeio do MP é de R\$ 4.100.000,00 enquanto que as do Tribunal de Contas são de R\$ 16.000.000,00 e da Assembléia ultrapassam os R\$ 36.000.000,00.

A dificuldade para contratação de pessoal tem ocorrido em todos os Ministérios Públicos do país em face do percentual estabelecido pela LRF ser bem inferior ao do Poder Judiciário, mesmo tendo uma quantidade de Membros próxima à de Magistrados e existir, na prática, paridade de vencimento entre estas carreiras. Para fins comparação, foi pesquisada uma série histórica destes fatos no Estado de Sergipe, conforme tabelas comparativas abaixo:

ORÇAMENTÁRIOS

ANO	ORÇAMENTO		%
	ESTADUAL	MP	
2003	2.241.095.330,00	36.443.280,00	1,63
2004	2.602.939.500,00	33.411.100,00	1,28
2005	2.853.518.600,00	52.157.860,00	1,83
2006	3.252.701.130,00	65.000.000,00	2
2007	3.895.564.750,00	84.074.300,00	2,16
2008	4.336.261.661,00	85.160.000,00	1,96
2009	4.544.522.070,00	98.220.000,00	2,16
2010	5.337.445.520,00	98.440.000,00	1,84
2011	* 5.572.240.000,00	** 118.186.100,00	2,12

* Lei 5.966/2010 (LDO p/ 2011)

** Proposta Orçamentária

RECEITA x DESPESA

ANO	RECEITA ESTADUAL	DESPESA DO MP	%
2003	2.099.526.507,00	38.363.986,09	1,83
2004	2.532.054.967,00	48.656.571,20	1,92
2005	3.016.652.435,00	55.316.398,44	1,83
2006	3.420.004.346,00	70.346.194,42	2,06
2007	3.686.045.323,35	66.578.139,32	1,81
2008	4.545.170.041,96	83.740.812,37	2,2
2009	4.813.303.829,58	69.169.048,32	1,76
2010 *		71.006.550,70	

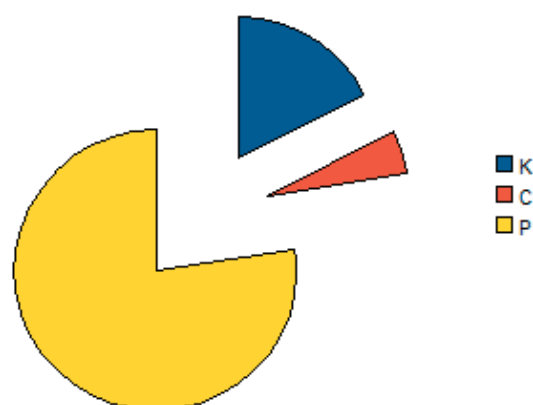
* Arrecadado/Pago até 30/09/2010 (Fonte: SAFIC e Sefaz).

DESPESAS (Por ano e por categorias)

EXERCÍCIO	Despesas do MP	Capital (K)	% - K	Pessoal (P)	% - P	Custeio (C)	% - C
2003	38.363.986,09	1.127.028,38	2,94	34.477.480,18	89,87	2.759.477,53	7,193
2004	48.656.571,20	425.624,91	0,87	45.362.850,09	93,23	2.868.096,20	5,895
2005	55.318.378,44	544.435,95	0,98	51.648.529,76	93,37	3.123.432,73	5,646
2006	70.346.194,42	464.305,36	0,66	66.374.374,93	94,35	3.507.514,13	4,986
2007	66.578.139,32	1.878.869,21	2,82	60.800.010,06	91,32	3.899.260,05	5,857
2008	83.740.812,37	12.624.045,11	15,08	67.847.570,99	81,02	3.269.446,27	3,904
2009	69.169.048,32	2.137.647,68	3,09	63.229.238,93	91,41	3.802.161,71	5,497
2010 *	71.006.550,70	12.483.289,87	17,58	55.112.016,18	77,62	3.411.244,65	4,48

* Pago até 26/10/2010 (Fonte: SAFIC).

DESPESAS DO MP 2010



2. RESPONSABILIDADE FISCAL

Os gastos com pessoal têm sido objeto de constante preocupação na quase totalidade dos Ministérios Públicos estaduais no Brasil, pois, nos termos da LRF, tais gastos não podem ultrapassar o limite prudencial de 1,90 % da Receita Corrente Líquida do Estado (RCL). Superado este limite, há uma série de medidas a serem adotadas, e, suplantado o limite máximo (2%) deve-se iniciar a adoção medidas mais severas que podem chegar até a demissão de servidores ESTÁVEIS, como preconiza o § 3º do art. 169 da CF/88.

O MP de Sergipe manteve-se abaixo do limite prudencial, pela manutenção de uma política de contenção de gastos e elaboração de um fluxo de carreira dos servidores efetivos recentemente empossados.

Com a inauguração da nova sede, prevista para o primeiro semestre de 2011, e com o natural crescimento das atividades judiciais e extrajudiciais do Ministério Público, será necessário contratar um número maior de servidores, o que eleva a preocupação em relação à estabilidade fiscal nos anos vindouros.

CAPÍTULO III - DAS AÇÕES

Seção I - ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

1 PROCURADORIA-GERAL

1.1 PROCURADORA-GERAL E SEU GABINETE ADMINISTRATIVO

O expediente administrativo do Procuradora-Geral consiste na recepção e envio de correspondência, despachos de gestão junto à Secretaria-Geral e às diversas coordenadorias administrativas da PGJ, despachos com a Corregedoria e Coordenadoria-Geral, atendimento ao público, aos membros da Instituição, relações inter-institucionais, visitas, solenidades, etc.

Os setores auxiliares da Procuradoria-Geral são a Secretária e a Assessoria do Gabinete, que recebem, orientam, direcionam pessoas e documentos; auxiliam na elaboração/digitação de feitos e expedientes (Resoluções, Atos, Ofícios, etc), contribuindo na organização das reuniões diversas, sobretudo do Conselho Superior e Colégio de Procuradores, gravando as sessões para elaboração das ATAS e posterior organização e arquivo.

A mensuração do trabalho administrativo da Procuradoria-Geral pode ser estimada através da análise dos seguintes dados:

ATIVIDADES	Quantidade
Atendimentos ao público externo e interno, em gabinete	1524
Audiências, Solenidades e Reuniões Externas	83
Reuniões do Conselho Nacional de Procuradores Gerais	7
Correspondência recebida e despachada	2639
Ofícios Diversos Expedidos pela Procuradora Geral	394
Comunicação Eletrônica Expedida	130
Reuniões do Colégio de Procuradores	28
Reuniões do Conselho Superior do MPSE	9

1.2 ASSESSORIA DO GABINETE DA PROCURADORA GERAL / NÚCLEO RECURSAL

A Assessoria do Gabinete da Procuradora-Geral encarrega-se dos processos que tramitam perante o Tribunal de Justiça de Sergipe em sua composição plena e Conselho Superior da Magistratura, opina e orienta a chefe da Instituição em questões técnico-institucionais, atua em alguns procedimentos, como os Conflitos de Atribuições, e participa da elaboração de projetos de resolução de iniciativa do Procuradora-Geral. Além disso, na atual gestão, a Assessoria do Gabinete e o Núcleo Recursal do Ministério Público têm atuado em parceria, na busca de maior produtividade. As questões correlatas aos procedimentos e correspondência com o Conselho Nacional do Ministério Público passam pela análise da Assessoria do Gabinete da PGJ.

A seguir, listam-se as principais atividades processuais e extraprocessuais da **assessoria do gabinete/núcleo recursal**, no período compreendido por este relatório, conforme estatística elaborada pelo Cartório da PGJ:

a)PARECERES

	PROCESSOS
Tribunal Pleno	696
Câmara Cível	191
Câmara Criminal	994
TOTAL	1881

b) RECURSOS INTERPOSTOS

RECURSOS DISCRIMINADOS	2010			
	STF	STJ	TJSE	TOTAL
Recurso Extraordinário	27	-	-	27
Recurso Especial	-	123	-	123
Recurso Ordinário	-	-	-	-
Agravo Superior Instância	01	15	-	16
Agravo Regimental	-	-	-	-
Agravo em Suspensão de Decisão	-	-	-	-
Agravo de Instrumento	-	-	24	24
Embargos Declaratórios	-	-	45	45
Embargos Infringentes	-	-	3	3
Mandato de Segurança	-	-	-	-
Contra - Razões	-	-	-	-
Petição em Recurso Especial	-	-	-	-
TOTAL GERAL	28	138	58	238

c) PROCESSOS RECEBIDOS/DESPACHADOS

Processos Recebidos / despachados	Média mensal	Média por dias úteis
1.881	188,100	9,646

d) AÇÕES RELEVANTES

Elaboração de anteprojeto de lei que modifica dispositivos da Lei Estadual nº 6.450, de 16/07/2008
Elaboração de Resolução do CPJ, que cria, no Centro de Apoio Operacional, o Núcleo de Documentação e Memória do MPSE e dá outras providências
Elaboração de anteprojeto de lei disciplinando o Procedimento de Avaliação de Desempenho para a carreira administrativa do MPSE
Elaboração da portaria que adequa critérios e valores para concessão de diárias a servidores e membros do MPSE, às regras do CNMP
Elaboração de projeto da Resolução do CSMP, alterando os artigos 13, I, 98 e 100, do RICSMP.
Elaboração do projeto de lei reajustando os valores dos cargos da carreira administrativa do MPSE.
Elaboração de projeto de resolução do CSMP, estabelecendo critérios e requisitos para autorização de afastamento de membros para a realização de mestrado e doutorado.

2 CORREGEDORIA GERAL DA PGJ

A Corregedoria-Geral do Ministério Público é o órgão orientador e fiscalizador das atribuições funcionais da conduta dos membros do Ministério Público, de modo que suas correições possam contribuir para melhoria do Órgão Ministerial favorecendo atuação dos seus membros, conforme previsão na Lei Complementar nº. 002/90.

Durante o exercício de 2009 foram publicados Editais estabelecendo data e horário para realização de Correição Ordinária, visitando diversas Promotorias de Justiça do Estado, sendo que estas ocorreram:

- Em 11 de fevereiro – Barra dos Coqueiros;
- Em 18 de fevereiro – Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão (Pat. Público, Social e Cultura, previdência Pública);
- Em 26 de fevereiro – Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor;
- Em 11 de março – Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão (Acid. Do Trabalho, idoso, deficiente e direitos humanos em geral);
- Em 11 de março – Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão (Meio ambiente, Urbanismo, Patrimônio Social e Cultural e Terceiro Setor);
- Em 25 de março – Promotoria de Justiça dos Direitos da Saúde;
- Em 26 de março – Promotoria de Justiça dos Direitos da Educação;
- Em 08 de abril – Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Urbanismo;
- Em 29 de abril – Promotoria de Justiça Especial de São Cristóvão;
- Em 20 de maio – Cedro de São João;
- Em 27 de maio – Nossa Senhora da Glória;
- Em 27 de maio – Nossa Senhora das Dores;
- Em 05 de agosto – Controle Externo da Atividade Policial e dos Conflitos Agrários;
- Em 19 de agosto – Simão Dias;
- Em 24 de agosto – Gararu;
- Em 02 de agosto – Capela;
- Em 12 de agosto – 1ª e 2ª Promotorias Cíveis de Itabaiana;
- Em 09 de setembro – Canindé de São Francisco;
- Em 16 de setembro – Boquim;
- Em 15 de outubro – 1ª Promotoria Criminal de Aracaju;
- Em 22 de outubro – 2ª Promotoria Criminal de Aracaju;

No total foram realizadas 22 correições onde foram observadas as reclamações recebidas através da Ouvidoria ou efetuada simples visita de rotina, localizando irregularidades que ensejaram a abertura de dois (02) Processos Administrativos Sumários/PAS e cinco (05) Pedidos de Providências/PP, todos seguindo o princípio do devido processo legal e do contraditório e ampla defesa, que resultaram na aplicação de sanções como SUSPENSÃO DE 30 DIAS (01).

Foram promovidas pela Corregedoria reuniões com os Promotores com funções relativas à área eleitoral (20/09/2010).

Além das correições, foram realizadas fiscalizações em Promotorias Especializadas de Aracaju (Controle Externo da Atividade Policial e da 2ª Promotoria da Infância e Adolescente) com acompanhamento mensal das visitas aos estabelecimentos prisionais e estabelecimentos de internação de adolescentes.

3 COORDENADORIA GERAL DA PGJ

Em cumprimento aos princípios constitucionais da Publicidade e Eficiência, a Coordenadoria-Geral do Ministério Público do Estado de Sergipe apresenta seu relatório de atividades, projetos e programas relativos ao ano de 2010, como forma de prestação de contas à sociedade das ações empreendidas para o cumprimento das missões institucionais.

Preceitua a Lei Complementar Estadual nº 02/90, que a Coordenadoria-Geral é Órgão da Administração Superior do Ministério Público, responsável pela articulação e supervisão dos órgãos de execução, na defesa e proteção de interesses sociais, difusos, coletivos e individuais indisponíveis, devendo velar pela regularidade e bem servir do Ministério Público, notadamente no que concerne as atividades extrajudiciais.

Sob este enfoque, a Coordenadoria-Geral, no plano das relações institucionais com a sociedade, os Poderes e os Órgãos em Geral, pautou-se pelos valores da independência, lealdade, ética, legalidade, efetividade, moralidade, solidariedade, harmonia, transparência, justiça e confiança.

Dentre os maiores desafios enfrentados, sublinhamos a constante busca pelo aperfeiçoamento das atividades extrajudiciais do Ministério Público, a fim de garantir que a Instituição esteja sempre apta a cumprir sua destinação constitucional de guardião dos direitos da sociedade, enfrentando as demandas sociais que surgem cotidianamente.

Nesse trilhar, dentre as principais realizações empreendidas pela Coordenadoria-Geral, destacam-se:

APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA PROEJ

A informatização do fluxo e registro das informações tem modificado sistematicamente as rotinas de trabalho de todos os Órgãos que compõem as entidades públicas e privadas. Trata-se de tendência irreversível e que cada vez mais se amplia.

Atento a tal fenômeno, o Ministério Público do Estado de Sergipe, desde 2007, desenvolveu sistema informatizado de registro e tramitação de procedimentos extrajudiciais- PROEJ, tendo por meta inicial a sistematização e compilação dos dados relativos à atuação ministerial na tutela dos interesses difusos e coletivos.

Decorridos mais de três anos desde sua implantação, o sistema PROEJ consolidou-se como ferramenta institucional de fundamental importância para o desempenho das atividades de rotina das Promotorias de Justiça, apresentando, em sua versão atual, alcance mais abrangente que o inicialmente idealizado, disponibilizando, inclusive, relatórios gerenciais de toda atividade registrada.

Diante de sua importância, o sistema PROEJ vem sendo permanentemente aprimorado, merecendo serem pontuadas, como mais relevantes, a informatização das atividades do Conselho Superior do Ministério Público de Sergipe e a criação do módulo que permite a tramitação direta dos inquéritos policiais junto à Instituição.

Doravante, passemos a discorrer sobre tais melhoramentos:

I - INFORMATIZAÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O processo de informatização do Conselho Superior do Ministério Público é corolário lógico das etapas até então desenvolvidas, no âmbito das Promotorias de Justiça Especializadas, que culminam no registro informatizado dos procedimentos extrajudiciais.

Quando da promoção de arquivamento de Inquéritos Civis, procedimentos administrativos e peças de informação pelas Promotorias Especializadas, os autos são remetido ao Conselho Superior para apreciação e homologação da decisão de arquivamento. Com o sistema PROEJ, todos os feitos são cadastrados eletronicamente, recebendo numeração própria e registradas as movimentações processuais, durante a sua tramitação, originariamente na Promotoria de Justiça respectiva, até sua finalização no Conselho Superior, garantindo aos interessados transparência e à Instituição celeridade e presteza do exercício do seu mister.

II- TRAMITAÇÃO DIRETA DOS INQUÉRITOS POLICIAIS

A partir de 10 de fevereiro de 2010, através do Provimento nº 05/2010 da Corregedoria –Geral de Justiça, o Tribunal de Justiça, de comum acordo com a Administração Superior do Ministério Público, implantou a tramitação direta dos inquéritos policiais entre as autoridades policiais e o Ministério Público. Na Capital e Grande Aracaju, a tramitação é intermediada pela Central de Diligências, criada para esta finalidade do Fórum Gumersindo Bessa. Esta central recebe os pedidos de diligências formulados pelas promotorias Criminais e os encaminha à Corregedoria da Polícia Civil, ao Comando da Polícia Militar, IML, Instituto de Criminalística, Corpo de Bombeiros, ou outros destinatários, recebendo-os de retorno. No interior, a tramitação ocorre entre as Promotorias e as Delegacias, diretamente. Em todos os casos, deve ser utilizado o Sistema PROEJ para controle, tendo sido o mesmo adaptado para esta nova funcionalidade.

4 CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Conselho Superior do Ministério Público é órgão deliberativo integrado pelo Procurador-Geral de Justiça, seu Presidente, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, membros natos, e por três (03) Procuradores de Justiça eleitos por integrantes do quadro ativo da carreira do Ministério Público. Reúne-se ordinariamente uma vez por mês, e grande parte de seu trabalho consiste em apreciar pedidos de promoção e remoção dos membros do MP, as promoções de arquivamento de peças de informação, procedimentos preparatórios e inquéritos civis, apreciar Termos de Ajustamento de Conduta e decidir sobre vitaliciamento dos novos Promotores.

Em 2010 foram realizadas 09 (nove) reuniões do Conselho, nas quais foram distribuídos 441 (quatrocentos e quarenta e um) processos acerca de Procedimento Administrativos, Inquéritos Civis e Peças de Informação, para fins de apreciação das respectivas promoções de arquivamento, sendo prolatadas 367 decisões, deferidos 14 pedidos de “vista” e arquivados monocraticamente 165 procedimentos.

5 COLÉGIO DE PROCURADORES

O Colégio de Procuradores de Justiça, órgão opinativo e deliberativo da Administração Superior, é integrado pelos Procuradores de Justiça (quatorze) e presidido pelo Procurador-Geral de Justiça. Reúne-se, ordinariamente, uma vez por semana e opina sobre matérias de interesse institucional, além de outras atribuições previstas em lei. Entre suas relevantes funções, estão a de aprovar a proposta orçamentária anual do Ministério Público, elaborada pela Procuradoria-Geral de Justiça, os projetos de criação de cargos e serviços auxiliares e ainda propor providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais. Pode recomendar ao Corregedor-Geral do Ministério Público a instauração de procedimento administrativo disciplinar contra membro do Ministério Público e funciona como instância recursal de decisões de outros órgãos.

No período abrangido por este relatório, foram realizadas 28 (vinte e oito) reuniões do Colégio de Procuradores e editadas **17 (dezessete) resoluções**, entre elas as seguintes:

- reestruturou e modificou o Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do MP (resultou na Lei. 6.881/10);
- alterou o art. 8 e parágrafos, o inciso IV do art. 41 e o § 1º do art. 75, todos da LC nº 02/90 (resultou na LC nº 182/10);
- disciplinou a distribuição de feitos a Procuradores de Justiça, nas hipóteses de manifestação anterior no mesmo processo;
- criou, no CAO, o Núcleo dos Direitos da Mulher;
- regulamentou a eleição para formação da lista tríplice objetivando a escolha do Procurador-Geral de Justiça;
- denominou a nova sede do MP de “Edifício Governador Luiz Garcia”;
- modificou normas que regulamenta e define atribuições, estrutura e âmbito de atuação das

Promotorias de Justiça dos Direitos do Cidadão de Aracaju e do CAO;

- Criou o Núcleo de Documentação e Memória do MP-SE;
- Alterou ato que dispõe sobre a concessão de diárias aos membros e servidores do MP;
- Aprovou Plano Estratégico Plurianual de Ação do MP-SE para 2011-2015;

Os Procuradores de Justiça que compõem o colégio de Procuradores atuaram individualmente nos processos cíveis e criminais que lhes foram distribuídos, conforme **ESTATÍSTICAS ABAIXO** e compareceram às sessões das Câmaras e Pleno do Tribunal de Justiça de Sergipe, até o mês de outubro/2010.

CÂMARA CÍVEL	
TIPOS/PARECERES	QUANTIDADE
APELAÇÕES CÍVEIS	5.982
AGRAVOS DE INSTRUMENTO	1.263
REEXAMES NECESSÁRIOS	131
AÇÃO CAUTELAR	006
HABEAS CORPUS	010
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	016
EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO	004
AGRAVO REGIMENTAL	001
RECURSOS ADMINISTRATIVOS	001
TOTAL GERAL: 7.414	

CÂMARA CRIMINAL	
TIPOS/PARECERES	QUANTIDADE
APELAÇÕES CRIMINAIS	1.899
HABEAS CORPUS	1.206
RECURSO EM SENT. ESTRITO	158
AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA	006
PROCESSO INVESTIGATÓRIO DO MP	002
AGRAVO CRIMINAL (LEI DE EXECUÇÃO)	046
RECURSO ORDINÁRIO	010
AGRAVO DE INSTRUMENTO (ECA)	008
REPRESENTAÇÃO CRIMINAL	009
CONFLITOS DE JURISDIÇÃO	002
REVISÃO CRIMINAL	009
CORREÇÃO PARCIAL	015
TERMO CIRCUNSTANCIADO	002
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	034
INQUÉRITOS POLICIAIS	098
PETIÇÃO	001
TOTAL: 3.505	

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS	
TIPOS/PARECERES	QUANTIDADE
AÇÃO RESCISÓRIA	041
EMBARGOS INFRINGENTES	021
IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA	002
AÇÃO CAUTELAR INOMINADA	001
TOTAL GERAL: 065	

TRIBUNAL PLENO	TOTAL
MANDADO DE SEGURANÇA	254
CONFLITO DE COMPETÊNCIA	095
PRECATÓRIO	162
AGRAVO SUPERIOR INSTÂNCIA	052
INQUÉRITOS POLICIAIS	004
REVISÃO CRIMINAL	025
INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE	008
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE	004
AÇÃO DECLARATÓRIA	024
DESAFORAMENTO	008
PEDIDO DE INTERVENÇÃO ESTADUAL	002
EMBARGOS À EXECUÇÃO	006
SUSPENSÃO DE EXECUÇÃO DE DECISÃO	002
AÇÃO RESCISÓRIA	006
EXECUÇÃO DE DECISÃO	001
REPRESENTAÇÃO	003
AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA	002
AGRAVO REGIMENTAL	001
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	004
EMBARGOS INFRINGENTES	013
INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA	001
MANDADO DE INJUNÇÃO	006
HABEAS DATA	002
QUEIXA CRIME	004
DENÚNCIA	006
CONFLITO DE JURISDIÇÃO	085
CONFLITO NEGATIVO DE ATRIBUIÇÕES	003
EXCESSÃO DE SUSPEIÇÃO	001
IMPUGNAÇÃO DO VALOR DA CAUSA	003
REPRESENTAÇÃO CRIMINAL	001
TERMO CIRCUNSTANCIADO	001
TOTAL	789

(FONTE: Cartório da PGJ)

6 OUVIDORIA

Compete à Ouvidoria receber, examinar e encaminhar sugestões, críticas, representações, reclamações, apreciações, comentários, elogios e pedidos de informações sobre atividades do Ministério Público, através do site, e-mails, telefone, escritos, pessoalmente ou à termo, buscando a adoção das providências necessárias.

Inicialmente a principal fonte de informações era o e-mail, porém, com a implantação do site da Ouvidoria (<http://www.mp.se.gov.br/Ouvidoria2008/EmailEnviar.aspx>) a demanda migrou e, após a instalação de um número tríduo específico (127), notou-se que este tende a se transformar num excelente meio de comunicação com a população, sobretudo, a menos

favorecida economicamente.

As chamadas são identificadas e podem ser gravadas para efeito de registro e encaminhamentos necessários. Todas as manifestações recebidas são analisadas e encaminhadas à Coordenadoria-Geral, Corregedoria, Promotorias de Justiça ou à Escola Superior do Ministério Público, bem como a outros órgãos da administração pública, estadual ou federal, conforme o caso, quando se tratar de assuntos alheios à sua competência deste Parquet, sempre dando ciência do encaminhamento ao cidadão interessado.

Embora ainda não conte com instalações e material humano próprios, funcionando no gabinete do Procurador Titular, utilizando sua estrutura enquanto aguarda a construção da nova sede do MP, a Ouvidoria, a partir de abril/09 pôde contar com um SISTEMA OPERACIONAL DE GESTÃO com *link* no *site* oficial da Instituição.

Em fevereiro de 2010 foi inaugurada a “Casa da Cidadania e Justiça” no CENTRO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO (CEAC) no terminal Rodoviário José Rollemberg Leite (Rodoviária Nova), onde o MP mantém um ponto de atendimento avançado da Ouvidoria, tendo duas servidoras se revezando para realizar o atendimento num ambiente em que circula grande contingente da população sergipana, sobretudo do interior do Estado.

Registre-se, ainda, que o aprimoramento do sistema de gestão é um desafio diário, face às novas demandas com a expansão da Ouvidoria, objetivando responder com eficácia ao clamor daqueles que necessitam dos serviços do Ministério Público Sergipano.

Com o sistema em pleno funcionamento, o cidadão tem a oportunidade de entrar em contato direto com o Órgão, através de um canal ágil que permite o retorno imediato à sua manifestação, proporcionando, ao mesmo tempo, registro e armazenamento em banco de dados, bem como a disponibilização de questionário de avaliação (do atendimento e da Instituição), de modo a possibilitar realização de pesquisa de opinião pública, a qual corresponde a um excelente indicador para o Órgão.

Para favorecer a memorização e maior utilização por parte da sociedade dos meios disponíveis, sobretudo o telefone, foram veiculados nos meios de comunicação alguns “jingles” para divulgação da Ouvidoria.

Outro importante meio de comunicação é a aproximação e divulgação diretamente em contato com a sociedade. Assim, nos eventos públicos em que o MP se fez presente, sobretudo no interior do Estado, por ocasião do “SERGIPE DE TODOS” (evento semelhante à Ação Global realizado pelo Governo do Estado), a Ouvidoria aproveitou para distribuir material de divulgação contendo sua FUNÇÃO e OBJETIVO, além de QUANDO e COMO procurá-la. Em 2010 tais eventos ocorreram em AQUIDABÃ, CARIRA, LAGARTO, NOSSA SENHORA DAS DORES, POÇO VERDE, SÃO CRISTÓVÃO, NOSSA SENHORA DO SOCORRO E NO BAIRRO SANTA MATIA EM ARACAJU. Entretanto, resta ainda ser providenciada uma campanha ampla e maciça para divulgação dos canais de comunicação disponíveis à sociedade para apresentação de seus reclamos.

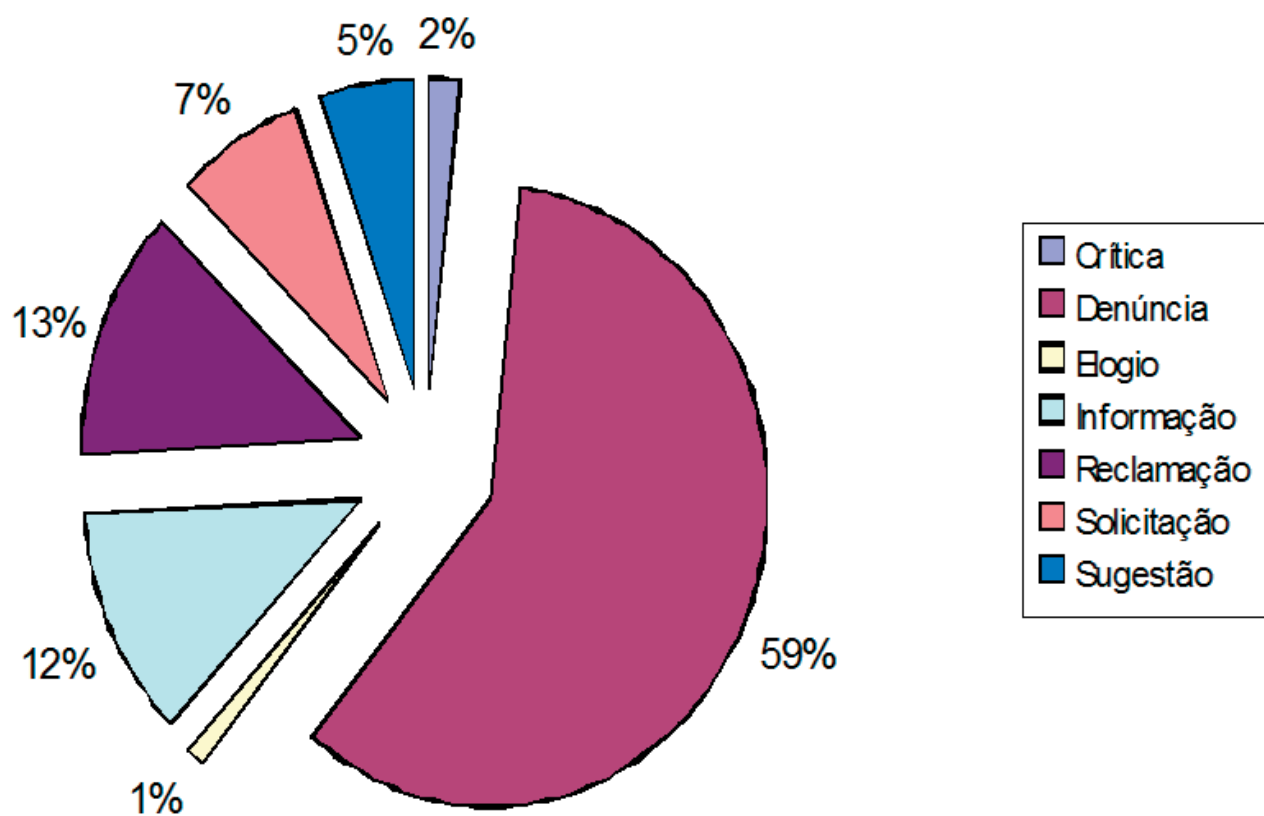
Durante os três primeiros trimestres a Ouvidoria registrou as correspondências recebidas por *e-mail*, telefone ou pessoalmente, conforme demonstrativo abaixo:

Período	2010					
	Carta	E-mail	Pessoalmente	Site	Telefone	TOTAL
Janeiro a Outubro	3	67	7	576	16	669

Analisando as manifestações recebidas, pode-se elaborar quadro com o foco principal das demandas apresentadas à Ouvidoria:

Período	Crítica	Denúncia	Elogio	Informação	Reclamação	Solicitação	Sugestão	TOTAL
Janeiro a Outubro	10	337	8	103	126	74	11	669

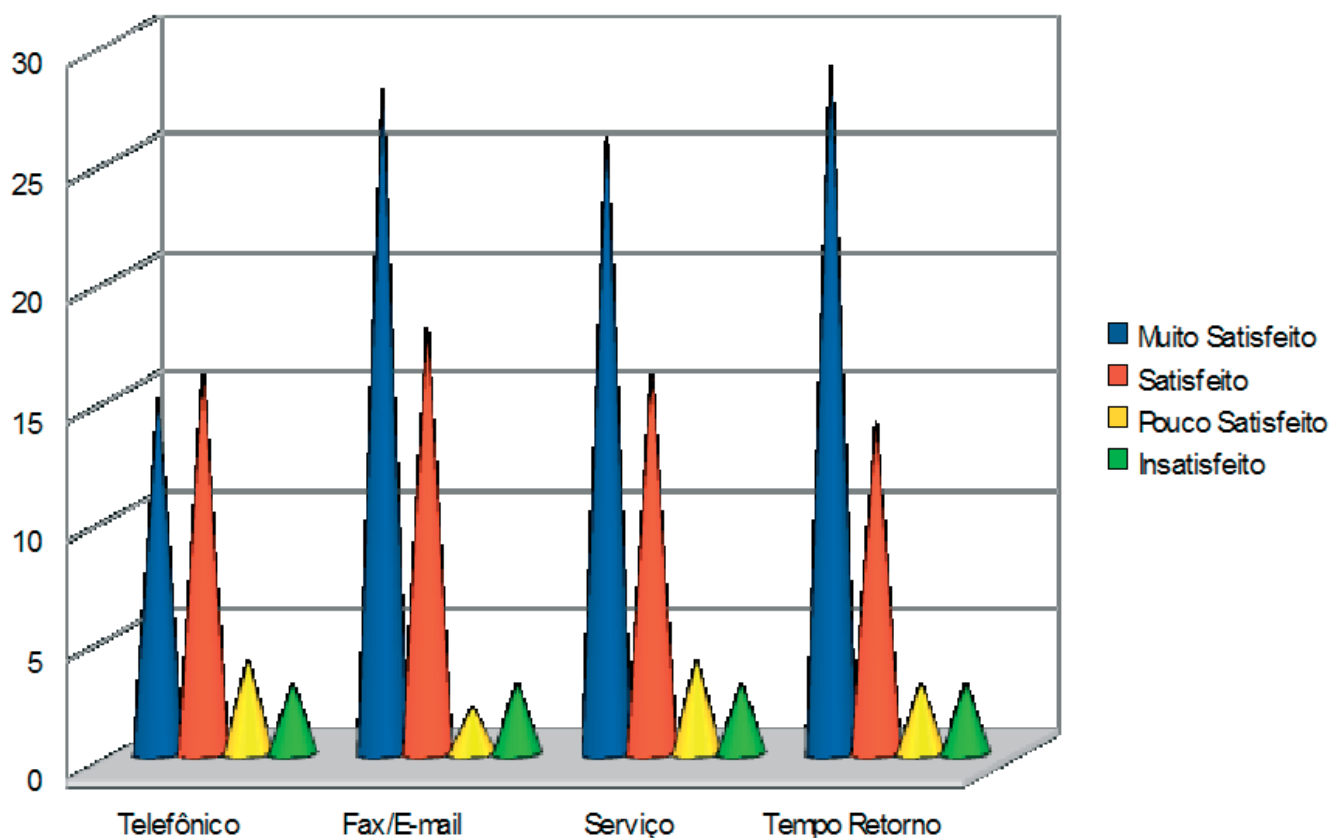
DEMANDA DA OUVIDORIA 2009



MP através da Ouvidoria durante este período e que responderam ao questionário de avaliação, obtendo o quadro e gráfico abaixo:

Qualidade do Atendimento				
	Telefônico	Fax/E-mail	Serviço	Tempo Retorno
Muito Satisfeito	15	28	26	29
Satisfeito	16	18	16	14
Pouco Satisfeito	4	2	4	3
Insatisfeito	3	3	3	3

Qualidade do Atendimento



7 CENTRO DE APOIO OPERACIONAL

O Centro de Apoio Operacional é órgão auxiliar das atividades funcionais do Ministério Público, competindo-lhe, entre outras funções, estimular a integração e o intercâmbio entre órgãos de execução que atuam na mesma área e que tenham atribuições comuns; remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados à sua atividade e ainda estabelecer intercâmbio permanente com entidades, órgãos Públicos ou privados que atuem em áreas afins, para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções.

No período indicado, o CAO desempenhou tais funções, auxiliou o trabalho da Coordenadoria, participando de diversas Reuniões de Trabalho e Audiências Públicas acerca de questões de maior complexidade, em conjunto com as Promotorias Especializadas.

Ao Promotor Diretor do Centro de Apoio Operacional foi cometida a tarefa de organizar o arquivo geral do Ministério Público e a coleta de dados para a Comissão de Preparação do Memorial do Ministério Público, havendo significativa melhoria na conservação dos documentos que constituem a memória da Instituição.

Ao final, constam algumas estatísticas, para evidenciar o trabalho do Ministério Público, seja na esfera judicial ou extra-judicial.

8 ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Escola Superior do Ministério Público tem como objetivo aprimorar a capacitação técnico-profissional dos membros e servidores do Ministério Público, e entre suas atividades destacam-se as de promover cursos de vitaliciamento dos Promotores em estágio probatório, cursos de extensão, congressos, seminários e outros eventos científicos, editar publicações e selecionar estagiários acadêmicos de direito para o Ministério Público. Também administra a Biblioteca do Ministério Público.

a) EVENTOS REALIZADOS

EVENTO	PALESTRANTES	PERÍODO
Curso de Formação de Pesquisadores	Vânia Fonseca (Coord. Do ITP/Unit)	23/02 a 16/03/2010
Planejamento Estratégico do MP/SE	- Maria Tereza Aina Sadek - Marcel Menezes Fortes	01/03/10
Planejamento Estratégico do MP/SE	- Marcel Menezes Fortes	23/04/10
IV Curso de Capacitação para os Servidores do MP/SE (1ª Fase)	- Mª Creuza Brito de Figueiredo - Josenias França do Nascimento - Carlos Augusto Alcântara Machado - José Elias Pinho - Maylane Menezes Lima Oliveira - Euza Mª Missano Costa - Augusto César Leite Rezende - Eduardo Lima de Matos - Alexandro Sampaio Santana - Deijaniro Jonas Filho - Berenice Andrade de Melo - Alessandra Pedral de Santana - Sávio Augusto Sobral Garcez - Luis Fausto Dias Valois Santos - Renê Antônio Erba - Carlos Henrique Siqueira	03 a 10/ 05 / 2010
Meio Ambiente! O que eu tenho a ver com isso?	ABERTURA: - Mª Cristina da G. e Silva F. Mendonça Palestra: "A A3P – Agência Central de Administração Pública" - Wilma Machado (CONGER) Palestra: "Programa Ambiental Carbono Neutro" - Evandro José de Alencar Paton (PF) Palestra: "Experiências do BANESE na prática de Medidas Ecologicamente Sustentáveis" - Telma Oliva Barbosa (Coord. Do Inst. BANESE)	07/06/10
PALESTRA: Mandado de Segurança e Intervenções no Processo Civil	- José Henrique Mouta Araújo (pós-Doutor em Direito, Procurador do Pará.	09/08/10
II Curso de Formação de Pesquisadores	Vânia Fonseca (Coord. Do ITP/Unit)	31/08 a 21/09/2010
PALESTRA: Perícia e Auditoria Ambiental	- Josimar Ribeiro de Almeida - Wesley Alexandre Tavares	30/09/10
PLANO DE AÇÃO – REUNIÃO SETORIAL		
Educação	- Etélio de Carvalho Prado Junior - Luis Fausto Dias Valois Santos	19/07/10
Patrimônio Público e Segurança Pública	- Eduardo Barreto d'Ávila Fontes - Alessandro Sampaio Santana - Augusto César Leite Rezende - Deijaniro Jonas Filho - Eduardo Antônio Seabra - Luiz Cláudio Almeida Santos	02/08/10
Meio Ambiente, Consumidor, Serviços de Relevância e Terceiro Setor	- Eduardo Lima de Matos - Gilson Feitosa Conceição - Carlos Henrique Siqueira Ribeiro - Sandro Luiz da Costa - Renê Antônio Erba - Euza Maria Gentil Missano Costa - Alessandra Pedral de Sanatana - Ana Paula Machado Costa Meneses	13/08/10

Núcleo da Mulher	PALESTRANTES: - Adélia Moreira Pessoa - Cristiane Ludmila DEBATEDORES: - Edson Ulisses de Melo - Gicele Mara Cavalcante D'Ávila Fontes - Maria Aparecida Figueiredo de Sá - Josenias França do Nascimento	23/08/10
Infância e Adolescência, Idoso e Pessoas com Deficiência	- Miriam Tereza Cardoso Machado - Maria Lilian Mendes Carvalho - Silvio Roberto Matos Euzébio - Maria Conceição Figueiredo Rolemberg - Berenice Andrade de Melo - Ana Galgane Paes	30/08/10
Saúde	- Nilzir Soares Vieira Junior - Euza Maria Gentil Missano Costa	

b) Atividades Relevantes

Reuniões do Conselho para elaboração da Revista Editorial do MP/SE (nº 024);

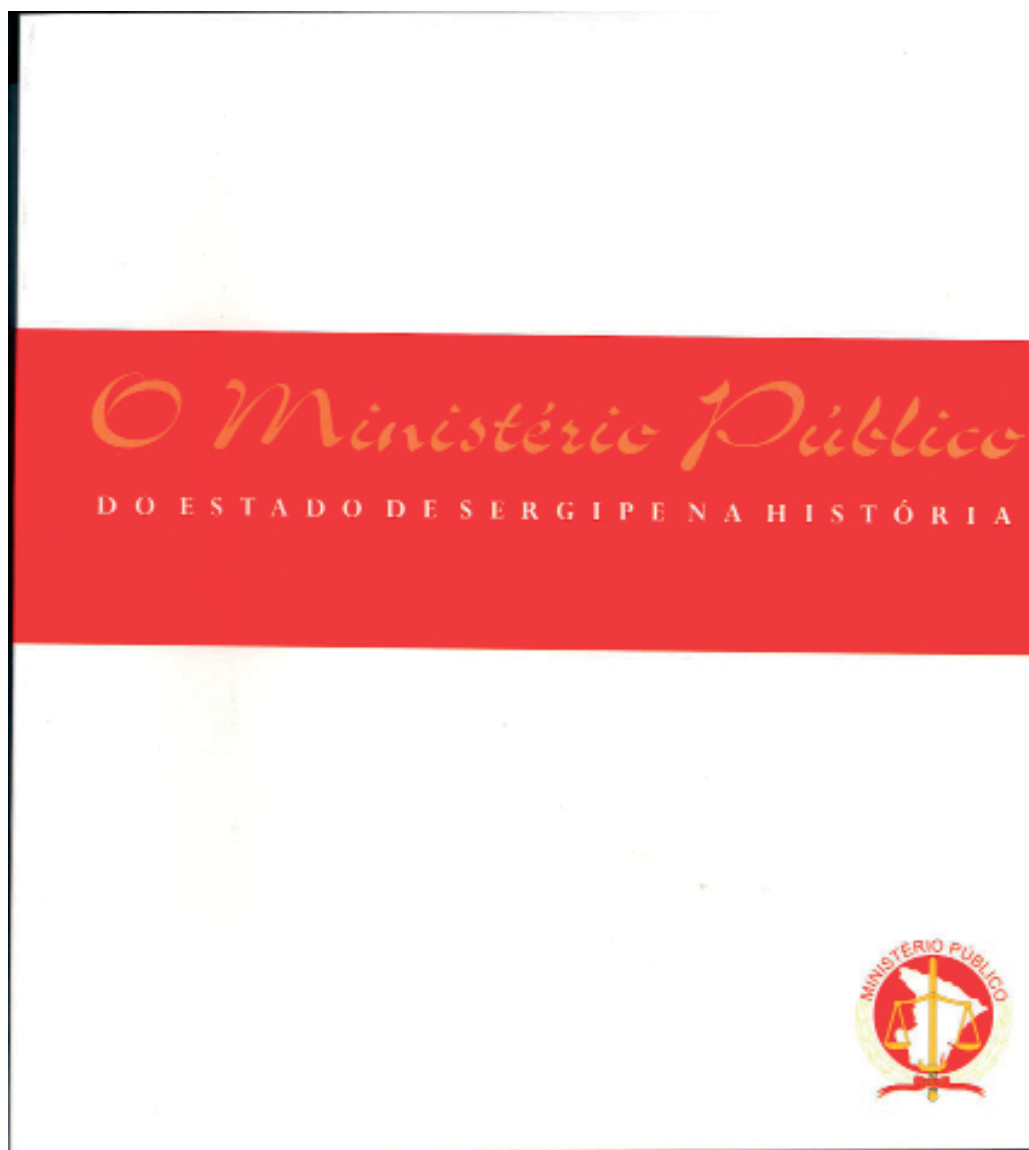
Manutenção do Boletim Eletrônico;

Coordenação para Edição do livro "Ministério Público de Sergipe: Ação em Defesa da Sociedade"



Cartilha da Cidadania;

Cursos para estagiários de nível médio;





d) ACERVO

INCORPORAÇÃO:

255 Livros novos adquiridos;

68 Doações de livros feita por Procuradores/Promotores de Justiça e NAIA do MP/SE;

81 Doações de livros feita pelo: Senado Federal, Ministério Público, Autores, STJ, Ministério da Justiça e da Saúde;

15 CDs, 16 DVDs, e 155 Volumes de periódicos doados por Órgãos Públicos;

05 volumes da Assinatura de periódico Revista Brasileira de Direito de Família e Sucessões;

03 CDs da Assinatura da Juris Síntese IOB

Renovação da Assinatura de periódico Revista Brasileira de Direito de Família e Sucessões;

ACERVO ATUALIZADO

168 CDs
51 DVDs
61 Fitav de Vídeov
2.006 Títulov de Periódicov
2.895 Títulov de Livrov

VISITAS e CONSULTAS (Até set/10)

Mais de 1000 visitas para consultas e empréstimo de livros

90 visitas para pesquisas e estudo.

EMPRÉSTIMO DE LIVROS (Até set/10)

2.117 Empréstimos

9 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

As Promotorias de Justiça são órgãos de execução do Ministério Público, cujas atribuições são exercidas por Promotores de Justiça, os quais desempenham as funções institucionais do Ministério Público no âmbito judicial e extrajudicial.

No Ministério Público de Sergipe há 136 cargos de Promotores de Justiça previstos em lei, entretanto, só estão preenchidos 132 cargos, sendo 71 na entrância final, 28 na entrância inicial e 19 promotores substitutos, restando 4 cargos vagov.

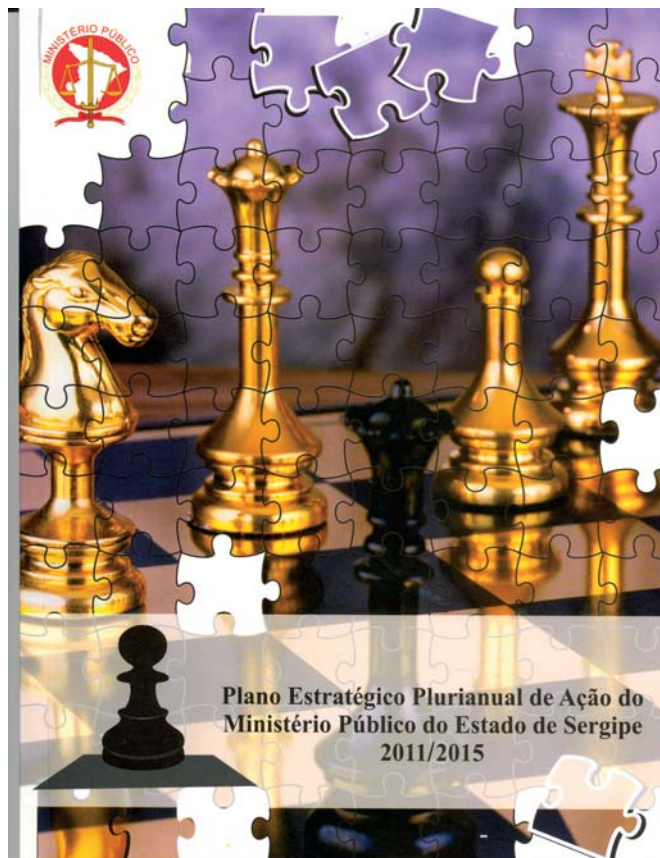
As Promotorias de Justiça possuem atribuições exclusivas ou cumulativas em diversas searas afetas ao Ministério Público, podendo ser citadas: área criminal, do Patrimônio Público, Social e Cultural, da Fazenda Pública, da Infância e da Adolescência, da Família e das Sucessões, da Defesa dos Idosos, dos Portadores de Deficiência e dos Direitos Humanos, de Defesa do Consumidor, de Defesa dos Direitos da Saúde e da Educação, do Controle Externo da Atividade Policial, de Defesa do Meio Ambiente e do Urbanismo, da fiscalização de Fundações e de entidades do 3º Setor, da Cidadania, dos Serviços de Relevância Pública, etc.

A atuação dos Promotores de Justiça na defesa judicial e extrajudicial dos interesses coletivos estão discriminadas na **ESTATÍSTICA ANEXA**.

9.1 - PROJETOS INSTITUCIONAIS

9.1.1 - PLANO ESTRATÉGICO PLURIANUAL DE AÇÃO DO MP/SE - 2011/2015

O Ministério Público do Estado de Sergipe conta, hoje, com o seu Plano Estratégico Plurianual de Ação para o quinquênio 2011-2015, resultado do esforço de todos os seus integrantes que, no decorrer do ano de 2010, discutiram e aprofundaram, de acordo com metodologia própria, a sua missão, visão e valores, elegendo os eixos e programas a serem desenvolvidos pela Instituição, nos próximos cinco anos.



O planejamento estratégico representa importante e moderna ferramenta de gestão e acompanhamento das atividades administrativas e institucionais, no âmbito do Ministério Público, permitindo à Administração Superior e de todos os seus integrantes acompanhar o cumprimento das metas e programas nele inseridos.

De se registrar que o processo de elaboração do presente Plano Estratégico Plurianual de Ação transcorreu de modo participativo e democrático, em todas as suas etapas, permeado que foi de ampla e aberta discussão das questões trazidas a debate pela coordenação dos trabalhos.

O conjunto de diretrizes, eixos, programas e projetos delineados em seu corpo, foi cancelado pelo Colégio de Procuradores de Justiça, através da Resolução nº 017/2010 – CPJ, de 20 de outubro de 2010.

9.1.2 - Estande do Ministério Público no “Sergipe de Todos”

O Estado de Sergipe vem promovendo um projeto de descentralização das atividades estatais, onde a sede da administração é “transferida” para um município do interior com intuito de levar as ações do governo à comunidade, aproximando-se da população para realizar o atendimento na sua localidade, bem como, difundir as políticas em desenvolvimento e coleta de informações preciosas para o planejamento estratégico.

O Ministério Público, ciente da importância dessa aproximação com a sociedade, aproveitou a oportunidade de montar um *estande* no programa “Sergipe de Todos” objetivando ouvir os reclamos da população, já tendo participado em diversas cidades.

Nestes eventos são realizadas pesquisas junto à população acerca de seus principais problemas, sobretudo quanto à: Segurança Pública (consumo de drogas, prostituição, abuso sexual, trânsito, criminalidade, etc); Saneamento Básico (Esgotamento sanitário, lixo, abastecimento de água, etc); Infra-Estrutura (Conservação de estradas, iluminação, Moradia, Posto telefônico, de áreas de lazer, etc); Saúde (Atendimento médico, Vigilância sanitária, etc); Educação (Transporte escolar, merenda, estrutura das escolas, qualidade do ensino, etc); Criança e Adolescente; Meio Ambiente; Desemprego e Idosos.

As pesquisas são realizadas através de questionários lançados sem identificação do informante numa urna colocada à disposição do público e através de entrevistas realizadas pela equipe, entre a população presente ao evento, A Equipe também realiza atendimento ao público, conforme quadro abaixo:

Grupos temáticos por município

MUNICÍPIOS	Segurança	Saúde	Educação	Meio Ambiente	Infra Estrutura	Saneamento Básico	Desemprego
Aquidabã	56	114	69	3	86	98	22
B. Santa Maria	45	96	40	0	98	85	1
Carira	26	59	42	2	24	12	4
Lagarto	106	113	43	1	90	70	10
N. Sra. das Dores	110	138	31	0	78	59	20
N. Sra. do Socorro	156	164	59	0	147	95	21
Poço Verde	103	160	43	8	59	58	14
São Cristóvão	4	99	54	0	53	90	7
TOTAL							

As informações coletadas são remetidas à Promotoria responsável, de modo a acompanhar o desenvolvimento das ações em direção a resolubilidade da demanda.

9.1.3. Programas desenvolvidos pelo Núcleo de Apoio à Infância e a Adolescência – NAIA

9.1.3.1. Paternidade Responsável

O Projeto “Paternidade Responsável” foi implantado pelo Ministério Público de Sergipe em setembro de 2004, e tem como finalidade proporcionar às crianças e aos adolescentes o formal reconhecimento da paternidade, mediante a inclusão dos dados do genitor no registro de nascimento dos recém-nascidos, crianças, adolescentes e, eventualmente, adultos e, conseqüentemente, viabilizar o cumprimento de todos os deveres decorrentes da paternidade, permitindo, inclusive, nos casos em que se faz necessário, a celebração do acordo de alimentos em favor do menor, inserindo-o na sociedade de acordo

com seus paradigmas e atendendo suas necessidades básicas.

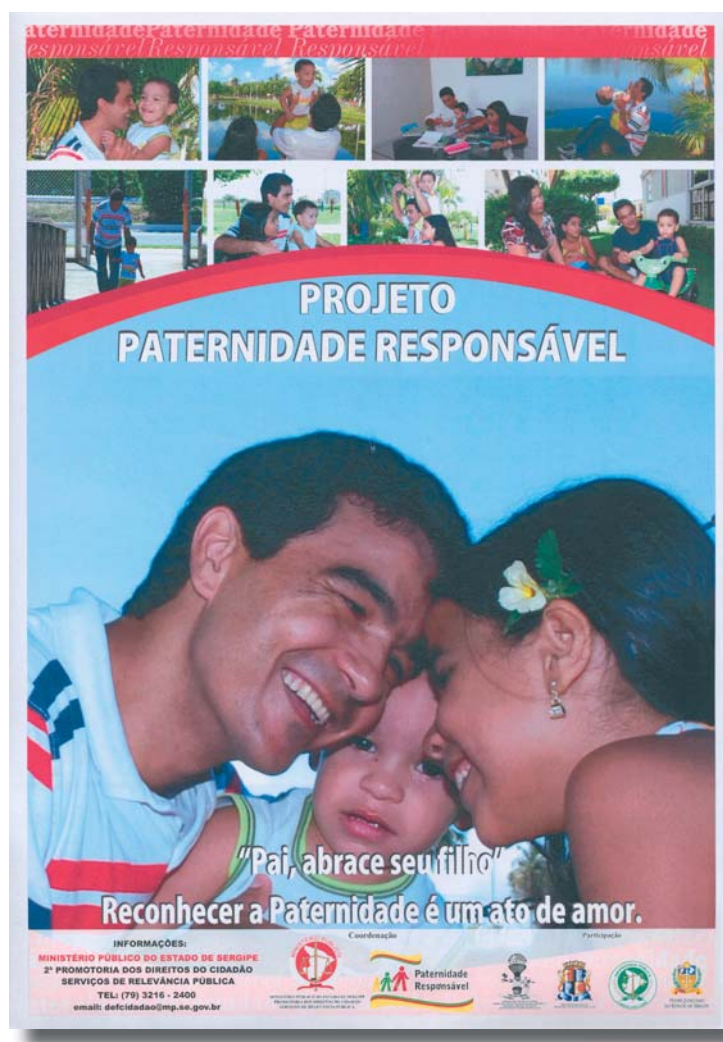
Atualmente, o Projeto Paternidade Responsável é desenvolvido pelo Núcleo de Apoio à Infância e à Adolescência e busca contribuir para superar ou minimizar parte dos dramas sociais e econômicos vividos pelas crianças e adolescentes carentes do Estado de Sergipe, estudantes ou não de escolas da rede pública de ensino, que não possuem seus direitos de cidadania assegurados, por meio da identidade civil completa, bem como de um auxílio de seu próprio genitor, já que este possui obrigações como provedor parcial do seu sustento.

O Projeto Paternidade Responsável, desde o ano de 2007, vem celebrando acordos com a Secretaria do Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social que, através de Termo de Cooperação Técnica e Financeira, se compromete a patrocinar exames de DNA aos contemplados hipossuficientes, sem qualquer ônus para estes e para o Ministério Público do Estado de Sergipe.

Desde quando foi lançado pelo MPE em 2004, o Projeto já atendeu mais de 4000 famílias, tendo, até o presente momento, realizado 1154 exames de DNA com determinação positiva ou negativa de paternidade, dos quais 214 ocorreram no exercício de 2010, totalizando a marca de 1011 reconhecimentos de paternidade até 2010.

Objetivos específicos:

- 1-Identificar ou excluir vínculo genético de paternidade através do referido exame de DNA;
- 2-Evitar o abarrotamento do judiciário com novas Ações de Investigação de Paternidade, que podem ser dispensadas com o reconhecimento extrajudicial da paternidade;
- 3-Dinamizar e proporcionar uma solução mais rápida para a questão da identificação paterna, viabilizando ainda a celebração de acordos para o pagamento de pensão alimentícia, nos casos necessários.



9.1.3.2 - PROJETO INTERDISCIPLINAR DOS ABRIGOS

O NAIA – Núcleo de Apoio à Infância e Adolescência do Ministério Público do Estado de Sergipe vem desenvolvendo desde meados do ano de 2005 o Projeto Interdisciplinar dos Abrigos, com o propósito de proporcionar a melhoria da atual situação dos Abrigos, bem como das crianças e adolescentes institucionalizados no Estado de Sergipe.

Após várias audiências públicas realizadas no Ministério Público do Estado de Sergipe, ficou definido que seria apresentado o Projeto de Intervenção e Orientação iniciado com a participação de todos os Abridados, intitulado de Diagnóstico Participativo. Posteriormente, foi celebrado convênio entre o NAIA e o ITP/UNIT– Instituto Tecnológico e de Pesquisas.

Desde o ano em questão até a presente data, este Núcleo desenvolveu algumas atividades e cursos que buscando alcançar os objetivos colimados. Em decorrência do aludido Projeto, também foi lançada a Proposta Pedagógica dos Abrigos, consistindo em apresentar as diretrizes norteadoras do atendimento em Sistema de Abrigo, com vistas a alterar alguns paradigmas da política pedagógica a ser implementada nas Unidades de Abrigamento.

9.1.3.3 - SISTEMA DE AVISO LEGAL POR VIOLÊNCIA, MAUS TRATOS OU EXPLORAÇÃO CONTRA A CRIANÇA OU ADOLESCENTE – SALVE -

Com o encaminhamento pelo NAIA de Sugestão Legislativa para o estabelecimento de Sistema de Notificação de Violência contra a Criança e o Adolescente à Assembléia Legislativa, sendo acolhido e apresentado projeto de lei por um dos parlamentares e aprovado Projeto pela Casa Legislativa Estadual, foi sancionada em 2005 pelo Exmo. Governador do Estado a LEI COMPLEMENTAR Nº 104 DE 14 DE ABRIL DE 2005, com publicação no Diário Oficial no 24755, do dia 15/04/2005.

A edição da Legislação constitui, sem dúvida, um inequívoco sinal dos Poderes Constituídos do Estado de Sergipe de que não admitirão transigência com a violência, especialmente aquela praticada contra grupos vulneráveis.

Para que se possa firmar linhas básicas de atuação em Defesa da Infância e Adolescência, o Ministério Público apresenta sua contribuição em busca de uma SISTEMATIZAÇÃO. São apresentados os seguintes instrumentos em forma de sugestão:

1. Fundamentos Sócio-Jurídicos para enfrentamento da Violência e Maus Tratos contra a Criança e Adolescente
2. Formulário de AVISO UNIFICADO POR VIOLÊNCIA OU MAUS TRATOS CONTRA A CRIANÇA OU ADOLESCENTE
3. Atos : Decreto do Prefeito ou Portaria Conjunta dos Secretários
4. Termos de Audiência e Ajustamento de Conduta
5. Ofícios para solicitação de Providências e Monitoramento das Apurações dos fatos constantes dos Avisos
6. Instrumentalização Prática pela Promotoria de Cristinápolis
7. Legislação

9.1.4 - CENSO ESCOLAR E FICAI

O Censo Educacional faz parte do Programa de Atendimento Integral às Escolas (PAIE), criado pelo Núcleo dos Direitos à Educação do MPE em 1998, iniciando pelo Bairro Augusto Franco, zona sul da capital sergipana. Nestes doze anos de realização do censo, foram visitadas 211.252 unidades residenciais em 32 censos realizados, sendo 23 na capital e 9 no interior, relacionando um total de 176.527 crianças na escola e 28.274 fora da escola, em sua maioria no interior (18.869), sendo arroladas para o devido acompanhamento pela Secretaria de Estado da Educação e pelos Conselhos Tutelares através da FICHA DE COMUNICAÇÃO DO ALUNO INFREQUENTE - FICAI.

O objetivo do Censo é detectar as crianças/adolescentes em idade escolar que se encontrem fora da sala de aula e as razões que levaram a tais circunstâncias, objetivando planejamento estratégico para resgatá-los e assegurar sua inclusão escolar.

Durante as entrevistas ainda é possível descobrir as condições sócio-econômicas da região, tais como a falta de registro de nascimento, ausência de vacinação, de inclusão nos programas sociais, etc.; além de identificar os problemas de saúde (física e mental), de saneamento básico e meio ambiente, orientando a população na resolução desses problemas.

Na fase de Pós-Censo, os pais ou responsáveis pelas crianças/adolescentes (alunos excluídos) se comprometem a realizar a pré-matrícula dos mesmos e, caso os alunos venham a se ausentar da sala de aula, os responsáveis serão avisados pelo Conselho Tutelar para tomada de providências.

Foram os resultados obtidos pelo Censo Educacional que garantiram a edificação do Centro Educacional Vitória de Santa Maria, construído para absorver a demanda de mais de duas mil crianças e jovens que se encontravam fora das salas de aula no Bairro Santa Maria, projeto audacioso que recebeu premiação do INNOVARE EM 2009.

Da mesma forma, o Censo Educacional realizado no Bairro Coqueiral está dando origem ao Centro Educacional Vitória da Sagrada Família, que está em fase de planejamento, mas já tem área destinada para a construção. O procedimento inicial de desapropriação necessitará de um laudo expedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e da ADEMA, transcorrendo tudo de forma amigável.

9.1.5 - PROGRAMA DE DEFESA COMUNITÁRIA

Comprometido com a defesa dos interesses da sociedade o Ministério Público de Sergipe, a exemplo de outros Estados, ampliou suas funções criando em agosto de 1997 o Programa de Defesa Comunitária, tendo por objetivo principal contribuir para a viabilização da política de atendimento dos direitos sociais, civis e políticos da população socialmente vulnerável da periferia do Município de Aracaju. A partir de 2009, o programa de Defesa Comunitária passou a auxiliar, quando solicitado, Promotorias do interior em atividades e para implantação de determinados programas, especialmente aqueles referentes ao meio ambiente e à infância. Em 2010 o Programa de Defesa Comunitária atuou em todas as edições do programa “Sergipe de Todos”, divulgando as ações do Ministério Público, levantando necessidades e reclamações para repasse à Ouvidoria e atuando em educação ambiental. Ainda em 2010, o Programa atuou junto à Promotoria de Barra dos Coqueiros, na organização de um projeto de Coleta Seletiva de lixo e implantação de uma cooperativa de catadores. Outras ações semelhantes foram iniciadas nas Comarcas de Própria e Lagarto. O referido Programa, ligado ao Centro de Apoio Operacional, vem sendo implementado mediante convênio firmado entre o Ministério Público e a Universidade Federal de Sergipe, que dele participa por intermédio da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e de sua Coordenadoria de Ação Comunitária (CECAC/COACOM). Conta com diversas parcerias, tais como o SEBRAE, a Petrobrás, Faculdades Pio Décimo, EMSURB, TIM, AVOSOS, CAIXA, Banco do Brasil, Colégio Máster e muitas outras.

Atividades desenvolvidas no âmbito do Programa de Defesa Comunitária:

- Realização de pesquisas e levantamentos objetivando detectar as necessidades e aspirações da comunidade;
- Elaboração do Diagnóstico Social e Projetos de Intervenção centrados nestas necessidades;
- Realização de Oficinas para a Formação do Agente Multiplicador da Cidadania;
- Realização de palestras educativas e preventivas utilizando-se temas abordados na Cartilha da Cidadania;
- Encaminhamentos para a regularização dos documentos: Certidão de Nascimento e Carteira de Identidade;
- Encaminhamentos para o ajuizamento de ações de usucapião (Largo da Aparecida);
- Articulação e reuniões com organizações governamentais e não governamentais, tendo em vista capacitar e inserir as comunidades trabalhadas em Programas de Geração de Emprego e Renda;
- Mobilização da população com vistas à organização comunitária;
- Avaliação do Programa Defesa Comunitária na perspectiva da comunidade;

-Participação em audiências e reuniões realizadas pelas Promotorias Especializadas competentes, para a promoção de medidas administrativas junto a órgãos governamentais, visando à solução dos problemas detectados;

Atendimento, pela equipe técnica do Programa, às demandas feitas pelas Promotorias Especializadas do Patrimônio Público Social e Cultural e de Defesa e Direitos do Cidadão e da Promotoria Especializada em Controle e Fiscalização do Terceiro Setor;

- Atendimento a pessoas que procuram o Ministério Público para a defesa de seus direitos, bem como a dirigentes de diversas organizações não governamentais;

- Realização de visitas institucionais e domiciliares, tendo por finalidade a elaboração de relatórios e pareceres técnicos;

- Encaminhamentos de providências a indivíduos e grupos;

- Elaboração de projetos sociais;

- Planejamento das atividades desenvolvidas no campo de estágio;

- Supervisão técnica do estágio em Serviço Social;

- Assessoramento e acompanhamento social às famílias da Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju – CARE e monitoramento das atividades do Projeto RECRIARTE.

9.1.6 - COLETA SELETIVA NO MP E PARTICIPAÇÃO EM CAMPANHAS DIVERSAS SOBRE COLETA SELETIVA

A destinação do lixo diário produzido pelas empresas comerciais, pelo setor público e, sobretudo, pelas residências, sempre foi um problema comum no mundo inteiro. Ao despejar seus resíduos em local inapropriado, a sociedade contribui para proliferação de insetos e roedores, gerando incômodos e doenças, além de sujar os logradouros públicos e provocar obstrução na rede de esgotamento pluvial. A deposição de lixo em logradouros à céu aberto também gera infiltrações no solo do perigoso “chorume”, líquido resultante da decomposição do lixo, que pode contaminar o lençol freático e os mananciais de água destinados ao abastecimento.

A primeira solução encontrada para tal problema foi a implantação de serviço público visando a coleta diária destes resíduos, transportando-os para um “local distante” onde eram despejados. Ocorre que estes locais de despejo foram crescendo e formaram grandes LIXÕES. Com o crescimento urbano, pessoas totalmente desassistidas pelas políticas públicas, passaram a sobreviver da coleta de materiais encontrados nestes “Lixões”, formando até suas moradias nas redondezas, expondo-se a todos os riscos de contaminações provenientes daquele ambiente insalubre, razão pela qual se passou a defender a criação dos ATERROS SANITÁRIOS.

A prática da COLETA SELETIVA ou RECICLAGEM SIMPLES, já diminuiu significativamente a produção de lixo nas cidades, portanto, reduz seus males à sociedade e ao meio ambiente, seja pela economia na produção de novos materiais ou pela destinação sustentável dos dejetos sociais.

O MP há muito vem trabalhando para inclusão destas políticas públicas, seja conscientizando a sociedade ou exigindo a inserção destas políticas públicas. Coordenou e contribuiu significativamente para criação da **CARE - Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju** no Bairro Santa Maria, local onde funcionava o maior lixão do Estado. Nesta gestão iniciou um programa de destinação dos seus materiais orgânicos, separando os materiais recicláveis para entrega à Cooperativa.

9.1.7 - APOIO À COOPERATIVA DE CATADORES CARE

Visando encontrar alternativas para a solução dos problemas sociais e ambientais gerados pela disposição inadequada dos resíduos sólidos urbanos, principalmente na Região da Grande Aracaju, foi lançado em maio de 1999 com o apoio fundamental do Unicef, o Projeto Lixo e Cidadania em Sergipe, coordenado pelo Ministério Público e Universidade Federal de Sergipe.

Criada como uma das ações deste projeto, a Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju

– CARE, apoiada pelo Ministério Público de Sergipe, em parceria com o UNICEF, UFS, Prefeitura de Aracaju, TIM, INFRAERO, tem como objetivo principal a inclusão social dos catadores de lixo, mediante a construção de uma unidade produtiva para o beneficiamento e comercialização de material reciclável, em condições mais dignas de trabalho, proporcionando melhoria no nível de renda das famílias que desenvolviam atividades de catação na Lixeira da Terra Dura, localizada no Bairro Santa Maria, nesta Capital. Em 2001 foi inaugurada a unidade de triagem e beneficiamento da CARE no Bairro Santa Maria, em área cedida pelo Governo do Estado e recursos da TIM Maxitel.

Em 2005 a CARE, em parceria com a Fundação Banco do Brasil implantou um novo projeto de unidade para reciclagem de plástico e adquiriu um caminhão para a realização de coleta nas empresas, escolas e condomínios e uma máquina fragmentadora de papéis o que propicia beneficiar mais de 70 toneladas/MÊS de material reciclável proveniente de alguns bairros e conjuntos nos quais a EMSURB implantou o sistema de coleta seletiva.

Foi firmado Convênio com a PETROBRAS S/A no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), que possibilitou a realização de toda a infra-estrutura de esgotamento sanitário, contribuindo, sobremaneira, para conquista da LICENÇA de Operação para Recebimento, Segregação e Venda de Resíduos Recicláveis conferida pelo IBAMA.

Também foi firmada uma parceria com o BNDES, cuja importância repassada foi de R\$ 327.000,00 (trezentos e vinte e sete mil reais) para aquisição 01 Caminhão, 02 prensas, elevadores de carga e carros para transporte de materiais.

Atualmente a CARE conta com 50 cooperados (20 homens e 30 mulheres) e visando incorporar novos membros, ofereceu capacitação para de dotá-los conhecimentos básicos sobre saúde e meio ambiente, bem como para operação dos equipamentos existentes. Tal desenvolvimento possibilitará a ampliação das atividades e a geração de novas oportunidades de trabalho para os catadores de lixo.

Como avanços sociais alcançados podem ser citados o registro na PREVIDÊNCIA SOCIAL, realizando os descontos e efetuando o pagamento da parte PATRONAL, sendo que a renda dos cooperados sofre uma variação mensal entre R\$ 512,00 a R\$ 800,00, posto que a produção média é de 70 (setenta) toneladas ano. A CARE fornece parte da alimentação diária dos cooperados, preparada na própria sede, e propicia cursos de capacitação e alfabetização aos mesmos.

Objetivando assegurar a sustentabilidade da CARE, foi instituído o Conselho de Fiscalização e Desenvolvimento do qual fazem parte empresas como a PETROBRAS (na presidência do Conselho), TIM, Companhia do Desenvolvimento Industrial de Sergipe (CODISE), SEBRAE/SE, bem como instituições públicas, a exemplo da Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA), Empresa Municipal de Serviços Urbanos (EMSURB), Unitrabalho, Universidade Federal de Sergipe, Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, INFRAERO e Ministério da Agricultura. O Conselho realiza o planejamento da expansão das atividades da CARE, visando o seu crescimento sustentável, e fiscaliza a integridade do seu patrimônio, a distribuição de benefícios entre os Cooperados e as eleições da diretoria.

Outra parceria realizada pela CARE foi com o SESC, denominada MESA BRASIL, em que o SESC encaminha, semanalmente, em média, 50 Kg de frutas e verduras para melhorar o nível de nutrição e a qualidade da alimentação dos Cooperados.

Paralelamente ao trabalho de captação e seleção dos resíduos sólidos, a CARE firmou parceria com o Instituto – IBEM para assumir o trabalho de fabricação de vassouras a partir de garrafas plásticas de refrigerantes (PET), o que propiciou melhor retorno financeiro para os cooperados.

Durante o ano de 2010 o Ministério Público manteve seu apoio à CARE através dos serviços do Programa de Defesa Comunitária e do Núcleo Social (NUTESS).

9.1.8 - PROJETO “QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO” JUNTO À CARE

O Ministério Público de Sergipe através do Programa Defesa Comunitária acompanha a CARE, desde seu surgimento até o momento atual, com o objetivo de auxiliar no seu fortalecimento e autonomia, contribuindo através do apoio de suas equipes de defesa comunitária e serviço social, no sentido da elaboração de projetos e acompanhamento da cooperativa. Nesta perspectiva, o projeto “Qualidade de vida no trabalho” surgiu em 2010 mediante observação vivenciada no campo de estágio, a partir de visitas realizadas à CARE.

O projeto nasceu ao observar a necessidade de intervir nas condições de higiene do refeitório da cooperativa, a fim de possibilitar melhorias na qualidade de vida dos cooperados, almejando uma melhoria na qualidade de vida dos cooperados. Para tanto buscou-se a contribuição na adequação do espaço físico destinado às refeições e o acesso às informações acerca da importância dos cuidados com a higiene alimentar.

Assim, o projeto permitiu a visita de um profissional da Vigilância Sanitária para dar orientações acerca do ambiente de trabalho e, posteriormente, a construção de um mural informativo, bem como a realização de palestras sobre HIGIENE/SAÚDE e DIREITOS E CIDADANIA, bem como a mostra de vídeo sobre motivação no trabalho, objetivando despertar o espírito cooperativista.

9.1.9 - APOIO AO REFORÇO ESCOLAR RECRIARTE

O cadastramento realizado em 1999 na lixeira de Aracaju, em Sergipe, que resultou da criação da CARE - Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju, revelou ainda a existência de 585 crianças e adolescentes envolvidos direta ou indiretamente na catação de lixo, expostos a risco de vida e convivendo com marginalidade, prostituição e uso de drogas. Deste total, aproximadamente 43% das crianças estavam fora da escola.

Com o apoio do UNICEF, foi implementado, nos anos de 1999 a 2001, pelo Ministério Público Estadual e a Universidade Federal de Sergipe, o Projeto Lixo e Cidadania, que promoveu a inserção de 250 crianças e adolescentes na escola e em programas de jornada ampliada. Entretanto, com o aumento do desemprego e a ausência de políticas voltadas para mudar a destinação final dos resíduos sólidos, elevou-se o número de famílias sobrevivendo da catação de lixo, e com elas, novas crianças foram submetidas à mesma atividade, em condições deploráveis. Notou-se, ao trabalhar com estas crianças, a existência de um déficit considerável no aprendizado, evidenciando a necessidade de atividades de reforço escolar diário, ao tempo em que se fiscaliza a sua inserção na rede pública de ensino e a frequência às aulas.

Assim nasceu o Projeto RECRIARTE, propondo-se a elevar a auto-estima de crianças e adolescentes, filhos de catadores e residentes no entorno, para propiciar a adaptação e integração dos mesmos ao universo escolar, bem como criar condições para a inclusão social das famílias envolvidas. Para esse fim, as atividades desenvolvidas são:

- **Reforço escolar e orientação psicopedagógica, ministrados pela pedagoga;**
- **Recreio criativo, desenvolvido diariamente, com atividades lúdicas e esportivas;**
- **Dinâmicas de integração, coordenadas por estagiários de Serviço Social, implementadas semanalmente;**
- **Acompanhamento psicológico e resgate da auto-estima, executado por estagiários de Psicologia;**
- **Práticas artísticas, com a confecção de brinquedos e artefatos ornamentais;**
- **Resgate das manifestações culturais;**

- Jornadas para a Cidadania, com ênfase nas questões ambientais e de saúde pública, voltadas para a comunidade local. A unidade em que funciona o RECRIARTE desde sua criação foi totalmente reconstruída e ampliada em 2010 com recursos da organização não governamental AVOSOS, que instituiu ali, como parte das atividades, um programa de prevenção ao câncer materno e infantil. Com a ampliação, o número de crianças atendidas aumentou consideravelmente, e a partir de 2011 deve chegar a 100 alunos em dois turnos.

9.1.10 - FORTALECIMENTO DAS ATIVIDADES DO NÚCLEO DE SERVIÇO SOCIAL

As funções constitucionais do Ministério Público na defesa e na garantia dos interesses da sociedade, coincidem com o projeto ético-político-profissional do Serviço Social, materializado a partir dos princípios contidos no código de ética profissional.

Desta forma, a intervenção do Serviço Social na Instituição está fundamentada na defesa e garantia dos direitos humanos que sinalizam essa interação entre as funções do Ministério Público e o projeto-ético-político-profissional do assistente social.

Desta forma, estão concentrados na possibilidade de desenvolvimento de uma ação profissional que valorize e defenda a participação, a democracia, a inclusão social e a busca permanente por articulação com as políticas públicas do setor produtivo, visando alcançar as condições requeridas à produção e reprodução da vida social.

A partir do concurso para o quadro de serviços auxiliares do Ministério Público, houve a criação do Núcleo Técnico de Serviço Social do MP de Sergipe – NUTESS/MP- com a finalidade de Planejar, Organizar, Executar e Controlar as atividades de Serviço Social, nas áreas de Defesa Comunitária, Infância e Adolescência, Defesa do Acidentado do Trabalho, Idosos, Deficiente e Direitos Humanos em Geral, e Serviços de Relevância Pública, Controle Externo da Atividade Policial e Questões Agrárias.

Assim, as atividades desenvolvidas pelo Núcleo estão em sintonia com a proposta da Instituição, notadamente na defesa dos interesses difusos, aproximando o Órgão da sociedade ao verificar *in loco* seus principais problemas, coletando dados que, após catalogados e organizados, possam ser analisados pelos Núcleos e Promotorias para fomentar e induzir as políticas públicas na solução destas demandas:

Nº	ATIVIDADES	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	TOTAL
1	Articulação interinstitucional	-	5	8	-	4	3	-	-	2	1	30
2	Atendimento individual/ Orient. Social	5	4	13	1	5	-	2	1	1	1	37
3	Atendimento Idosos	-	-	1	4	2	2	1	1		2	13
4	Atendimento Necessidades Especiais	-	-	1	-	-	-	-	-	2	-	3
5	Atendimento Drogaditos	-	7	15	13	2	-	-	-	2	1	45
6	Elaboração/Execução de Projeto	-	-	3	-	-	-	3	-		3	9
7	Elaboração de Doc. Oficial	-	3	13	4	5	7	5	5	6	5	54
8	Elaboração de Relatório	10	12	14	22	21	8	11	20	10	8	201
9	Encaminhamento de Providências a Indivíduos e Grupos	-	2	5	1	-	-	-	-		-	9
10	Org. e participação de Eventos / Palestras	-	1	2	3	3	2	2	1		2	24
11	Part. em Cursos, Seminários, etc.	-	2	10	6	4	2	-	2	9	7	58
12	Part. em Audiência	-	1	3	4	5	3	1	3		1	25
13	Pesquisas / Levantamentos	-	-	-	-	3	5	4	-	2	-	14
14	Planejamento de Atividades	1	1	1	3	4	1	3	1	2	3	30
15	Reunião	4	9	3	6	7	6	8	9	7	7	117
16	Supervisão / Orientação de Estágio	-	1	5	1	1	2	1	3		-	21
17	Visita Domiciliar	5	4	12	23	20	12	13	14	17	12	174
18	Visita Institucional	6	5	25	3	4	4	12	10	-	2	106
19	Monitoramento/Atividades nos Projetos	-	1	2	3	1	3	5	4	7	8	43
20	Assessoria – Promotoria da Infância e Adolescência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5
TOTAL		31	58	136	97	91	60	71	74	67	68	753

9.1.11 - PROJETO CONSTRUINDO A LIBERDADE

Este projeto faz parte de uma iniciativa do MP-SE em parceria com a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania objetivando oportunizar a inserção das mulheres em situação de prisão no mercado de trabalho através da oferta de cursos profissionalizantes para geração de renda mediante a confecção de produtos artesanais a serem comercializados por intermédio de assessoria técnica.

Das 126 internas, apesar de possuírem pequena experiência laborativa antes da prisão, apenas 35 demonstraram interesse em participar do projeto, sendo que a maioria não possuía nem o ensino fundamental completo.

Considerando que a ociosidade é o maior mal que assola a população carcerária brasileira, a expectativa do projeto é de romper com as barreiras do preconceito e propiciar uma fonte de renda para o sustento de suas famílias ou, no mínimo, o custeio de algumas necessidades básicas, mas, acima de tudo, elevar a auto-estima de pessoas que necessitam de ajuda do Estado para se reintegrar na sociedade e não mais voltar para o sistema prisional.

Os recursos financeiros para o custeio do projeto provém da parcela a que faz jus o MP nas receitas do FUPEM/SE, sendo administrado pela própria SEJUC por ser a gestora do Fundo. Apesar da celebração do convênio com a SEJUC em 2010, a execução do projeto esbarrou na falta de espaço para a realização das oficinas, ficando adiado o seu início para 2011, quando da inauguração do novo presídio feminino.

9.1.12 - PROJETO DE INTERVENÇÃO: BORDANDO IDÉIAS, CONSTRUINDO CIDADANIA

Concebido como alternativa para oferecer oportunidades de inclusão social com cidadania, o Projeto Recriarte atende a crianças entre 7 e 14 anos, estudantes da rede pública, residentes no Conjunto Padre Pedro e visa melhorar o desempenho escolar, elevar a auto-estima, estimular as aptidões artísticas e promover a melhoria da sociabilidade entre o grupo, a família e a comunidade.

Com a orientação técnica do Programa Defesa Comunitária, foram promovidos cursos e oficinas às famílias, priorizando as mães do Recriarte, as quais, posteriormente, foram inseridas na Associação das Mulheres Trabalhadoras em Reciclagem (MATER) formando o grupo de artesanato “Pintando e Bordando”, sendo atualmente constituído por mulheres residentes no Bairro Santa Maria, desenvolvendo atividades na área do artesanato, especificamente, a confecção de peças de bordado, crochê e pintura.

Partindo da necessidade de intervir nesses projetos e tendo em vista uma análise superficial da situação sócio-econômica das famílias atendidas, observa-se também a possibilidade de inserção de mais integrantes no grupo de produção “Pintando e Bordando”.

Diante do exposto, este projeto de intervenção objetiva proporcionar uma alternativa de geração de renda para as famílias das crianças e adolescentes atualmente atendidas pelo Recriarte, na medida em que são oferecidos meios para inserção em um grupo de produção, tendo em vista a necessidade de reorganização para uma melhor realização das tarefas que compõem o processo produtivo. No tocante a deficiência encontrada neste aspecto, espera-se que o curso de noções básicas de gestão e administração venha superar essas dificuldades, influenciando diretamente sobre as vendas e consequentemente nos resultados desejados.

Objetiva-se uma avaliação gradativa no decorrer da execução do projeto através de reuniões com as mulheres envolvidas e com a equipe técnica do Núcleo de Serviço Social, após realização de cada etapa metodológica.

9.1.13 - CRIAÇÃO DO NÚCLEO DOS DIREITOS DA MULHER

Em sessão do Colégio de Procuradores de Justiça, ocorrida em 16 de março de 2010, foi apreciada a matéria e editada a **Resolução nº 04/2010 – CPJ**, que criou o Núcleo dos Direitos da Mulher, que, entre outras atividades, destina-se ao desenvolvimento de ações direcionadas à contínua construção de uma sociedade livre, justa e solidária, sem preconceitos de origem, raça, **sexo**, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, voltando-se especialmente à proteção dos direitos da mulher e ao enfrentamento à discriminação, como mecanismos eficazes de mitigação da violência.

Revela-se, com tal medida, significativo avanço institucional em busca da efetivação das desigualdades, preconceito e isonomia sexual de direitos.

9.1.14 - CENTRAL DE DILIGÊNCIAS

A partir de março de 2010, através do Provimento nº 05/2010 da Corregedoria –Geral de Justiça, e da Portaria nº 558/2010 de 24 de março de 2010 da Procuradoria Geral de Justiça, foi instituída a tramitação direta dos inquéritos policiais entre as autoridades policiais e o Ministério Público. Na Capital e Grande Aracaju, a tramitação é intermediada pela Central de Diligências, criada para esta finalidade do Fórum Gumersindo Bessa. Esta Central recebe os pedidos de diligências formulados pelas promotorias Criminais e os encaminha à Corregedoria da Polícia Civil, ao Comando da Polícia Militar, IML, Instituto de Criminalística, Corpo de Bombeiros, ou outros destinatários, recebendo-os de retorno. No interior, a tramitação ocorre entre as Promotorias e as Delegacias, diretamente. De pronto identificou-se a necessidade de controle e registro de dados dos procedimentos criminais encaminhados às Promotorias de Justiça Criminais, sendo, então, aprimorado o sistema PROEJ para essa nova finalidade, passando a registrar não só os procedimentos administrativos extrajudiciais decorrentes da tutela de direitos difusos e coletivos, mas também os inquéritos policiais.

A tramitação e a requisição de diligências diretamente às autoridades policiais ocorrem apenas nos inquéritos policiais não judicializados, que são distribuídos no Poder Judiciário previamente apenas para efeito de fixação da competência.

Várias reuniões vêm sendo realizadas entre os Promotores com atribuição criminal, representantes da Secretaria de Segurança Pública e da Corregedoria de Justiça, para aperfeiçoamento das rotinas, ficando acertado que será viabilizado um acesso à Corregedoria da Polícia a algumas telas do PROEJ que permitirão o acompanhamento do prazo de cumprimento das diligências pelas delegacias.

Seção II - ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

1. SECRETARIA-GERAL DA PGJ

Compete à Secretaria-Geral a supervisão dos serviços administrativos do Ministério Público. No período abordado no relatório, destacaram-se as atividades seguintes:

a) NORMATIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVO/OPERACIONAIS

.. Implantação de rotinas administrativas entre a Secretaria-Geral e as Coordenadorias de Administração, de Informática, de Recursos Humanos e de Finanças;

b) ORGANIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVO/OPERACIONAIS

- Elaboração e divulgação da escala de férias com 06 (seis) meses de antecedência;
- Regularização das férias de todos os Promotores (as) de Justiça evitando à prescrição;
- Divulgação da escala anual de plantões, inclusive dias úteis e recesso forense, com distribuição equitativa entre todos os promotores (as) de Justiça, realizando contatos para relembrar o compromisso;
- Comunicação das designações eleitorais à Procuradoria da República até o dia 30 de cada mês;
- Melhoria da Sala de Plantão Judiciário do MP na sede do Tribunal de Justiça;
- Organização dos arquivos do Conselho Superior com solução para todos os procedimentos pendentes, unificando o controle de processos;
- Reorganização dos arquivos da Secretaria Geral do MP;
- Elaboração. Expedição e entrega das novas carteiras funcionais dos membros do MP, inclusive aos inativos;
- Disponibilização mensal para cada unidade dos seus gastos com materiais, para análise e/ou ajustes; Limitação dos gastos com telefone;
- Implantação de mecanismos rigorosos relativos ao controle de ponto dos servidores e da permanência destes nos postos de trabalho;
- Adoção de critérios objetivos na designação de Promotores de Justiça para plantões, mantendo-o na Vara aonde será dado o Plantão.
- Apoio logístico às atividades da Divisão de Controle Interno, analisando procedimentos administrativos e monitorando o Almoxarifado, sobretudo com gastos com copa/cozinha, veículos, papel, cartuchos, combustíveis, etc;
- Apoio logístico ao Núcleo de Análise de documentos Contábeis, o qual recebeu 145 processos e analisou 125, restando apenas 20 a serem analisados.
- Apoio logístico na aquisição e distribuição dos móveis (120) e 140 equipamentos de informática às Promotorias e setores administrativos, bem como na construção da nova sede do MP;

- Otimização do gerenciamento através da disponibilização trimestral dos valores gastos com materiais por cada unidade do MP;
- Implantação e apoio logístico relativo à nomeação e posse dos novos servidores e na realização concurso para membros do MP e da seleção para contratação de estagiários para o MP-SE;
- Otimização das atividades do Setor de Comunicação e Eventos, com aprimoramento do formulário de requisição via Internet e viabilização das atividades:
 - Atualização diária da página eletrônica do MP;
 - Envio da pauta de audiências do MP para os órgãos de imprensa;
 - Assessoramento às Promotorias por ocasião de entrevistas coletivas;

c) MODERNIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Realização de estudos que deram origem à Resolução que aprovou o projeto de Lei Complementar que transforma Promotoria de Justiça e altera o art.181 da LC nº 02/90;
- Realização de estudos que deram origem à Resolução através da qual as Promotorias de Justiça da Curadoria da Fazenda Pública e da Curadoria de Famílias e Sucessões serão renomeadas, com objetivo de padronização das Unidades do MP;
- Aprimoramento do formulário específico de solicitações via internet ao Almoxarifado;
- Implementação do serviço de “Protocolo Rápido” em que os Promotores(as) entregam seus processos sem precisar descer do veículo;
- Implementação do uso dos e-mails oficiais entre todas as unidades do Ministério Público como forma de agilizar o trânsito de informações e proporcionar economia de gastos com SEDEX e AR;
- Divulgação via e-mail de todos os atos do Conselho Superior e Colégio de Procuradores (pauta, atas, editais, resoluções, etc.);

d) APOIO INSTITUCIONAL

- Viabilização da designação de Promotores de Justiça para:
 - O Mutirão Carcerário;
 - O Mutirão do JURI em todo o Estado de Sergipe;
 - O Plantão do Pré-Caju;

1.1 – DIVISÃO DE CONTROLE INTERNO

A Divisão de Controle Interno tem por finalidade a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncias de receitas.

No período, acompanhou os gastos com **telefonia (móvel e fixa)** e despesas de oficina e combustível com a frota de veículos da PGJ e, com a finalidade de mensurar os gastos por gêneros e por setor, elaborou mapas de acompanhamento mensal das despesas do Órgão através da observação das requisições ao almoxarifado referentes a todos os tipos de materiais.

Emitiu pareceres sobre todos os processos de pagamentos e licitações realizados e ainda sobre prestações de contas de Suprimentos de Fundos.

Foram analisados até a presente data:

Procedimentos Licitatórios		Suprimentos de Fundos	
Cartas Convites	17	Processos de Adiantamento/Prestação de Contas	2
Tomada de Preços	2		
Concorrência	1	Processos de pagamentos normais	896
Pregões Presenciais	7		

Preservando ainda suas atribuições precípuas, a Comissão Permanente de Controle Interno, analisa a Prestação de Contas do gestor do Ministério Público, realizada anualmente ou, em períodos fracionados se houver mudança do Ordenador de Despesa.

O Parecer da Comissão no Processo de Prestação de Contas (anual ou fracionada) segue para apreciação do Colégio de Procuradores e, sendo aprovado, o processo completo segue para o Tribunal de Contas Estadual.

2- COORDENAÇÕES

2.1 - COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

Sua missão consiste em viabilizar os demais setores, executando várias tarefas, como coordenar o setor de transportes, atender as necessidades das Promotorias, coordenar a equipe de manutenção, garagem, comunicações, reprografia, limpeza e outros serviços. Administra o suprimento de fundos e supervisiona os setores de compras (comissão de licitações), patrimônio e almoxarifado.

2.2 – COORDENAÇÃO FINANCEIRA

Compete à Coordenação Financeira a execução orçamentária e a contabilidade do Ministério Público, sempre em observância às normas administrativas, para emitir Notas de Empenho e Ordens de Saque visando concretizar os pagamentos segundo suas características, após autorização da Procuradora-Geral e análise pela Comissão de Controle Interno.

Tais pagamentos envolvem todas as despesas realizadas pelo órgão, seja com pessoal, equipamentos, serviços, materiais, etc..

Elabora ainda os Balancetes Mensais e Prestações de Contas, seja anual ou do gestor quando o encerramento desta não coincide com o ano civil.

2.3 - COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

A Coordenação e Divisão Especial de Recursos Humanos da PGJ/MP é responsável pela gestão de pessoal do Ministério Público Estadual, ou seja, toda movimentação de transferência, nomeação, aposentadoria, etc. além de acompanhamento de frequência e, sobretudo, pela elaboração da folha de pagamento dos servidores ativos e inativos do MP-SE.

O CRH é também responsável pela guarda de todas as informações funcionais dos servidores e membros, nos respectivos prontuários.

A Coordenação e Divisão Especial de Recursos Humanos da PGJ/MP, durante o período, além das atividades obrigatórias, desenvolveu outras atribuições especiais consideradas relevantes no auxílio à Gestão deste órgão Ministerial, como abaixo discriminamos:

Em relação a Folha de Pagamento de Membros e Servidores Inativos da PGJ/MP e vinculação com o SERGIPEPREVIDÊNCIA

Elaboração mensal da Folha de Pagamento de Membros e Servidores Inativos, cabendo ao **SERGIPEPREVIDÊNCIA**, o empenho das despesas e pagamento da mesma e consignação em Folha de Pagamento das mensalidades da **UNIMED** dos Membros e Servidores Inativos usuários;

Em relação a Folha de Pagamento de Membros e Servidores Ativos e Inativos da PGJ/MP e a vinculação com o MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL em relação à Previdência Estadual

Preenchimento da Planilha de Custos do RPPS/SE, de Membros e Servidores Ativos e Inativos e envio mensal ao **Ministério da Previdência Social/SERGIPEPREVIDÊNCIA**;

Atualização do Cálculo Atuarial;

Atualização do Custo da Folha de Pagamento dos Membros e Servidores Ativos e Inativos do Ministério Público de Sergipe (Estimativa do **exercício de 2011**);

Realização de Censo Previdenciário objetivando atualização cadastral de membros e servidores ativos e inativos, com posto de atendimento no Edifício Sede, no Gumersindo Bessa, nos Fóruns Integrados da Capital e nos Fóruns de Estância, Lagarto, N. Sra. Da Glória e Propriá.

Em relação a Folha de Pagamento de Membros e Servidores Ativos e Inativos da PGJ/MP

Pagamento do reajuste de **6,18% (seis vírgula dezoito)** para os Servidores do Quadro de Pessoal de provimento efetivo dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe, em decorrência da **Lei 6.780/09, a partir de 1º de janeiro de 2010**

Aplicação do disposto na Lei Complementar nº 177/09 a partir 1º de janeiro de 2010;

Pagamento do reajuste de 3,88% (três vírgula oitenta e oito por cento) nos subsídios de Procuradores de Justiça, em **Folha de Pagamento da PGJ/MP**, no mês de fevereiro/2010, em decorrência da Lei Estadual nº 6.857/09;

Elaboração de Folhas Suplementares referente às Indenizações de Gratificações Natalinas de Servidores, diferenças de Abono de Permanência de Membros Ativos e de Vantagens Incorporadas de Membros Inativos;

Cadastramento no SISAP dos Analistas e Técnicos do Ministério Público criados pela Lei 6.450/08, bem como adequação das alterações na Lei Complementar nº 02/90;

Plano de Cargos e Salários dos Servidores dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe

Encaminhamento do Projeto de Lei de reajuste dos servidores para o exercício de 2011;

Alteração do quadro de Pessoal com base na Lei 6.881/2010;

Elaboração da Portaria nº 1.098/2010, de 01 de junho de 2010, que dispõe sobre a pertinência dos títulos apresentados para fins de avanço horizontal nas carreiras dos serviços auxiliares;

Instrução dos processos de Titulação dos servidores do quadro de serviços auxiliares do MP, tendo elaborado 134 atos de promoção e refeitas as portarias de concessão da Gratificação Especial Operacional e de Interiorização, providenciando o pagamento retroativo à data dos requerimentos;

Elaboração da Portaria nº 812/2010, que dispõe sobre o ordenamento e atribuições dos cargos de provimento em comissão de natureza especial e simples, recompondo também a estrutura organizacional e um novo organograma para o MP.

Programa de Avaliação de Desempenho

O CRH procede a avaliação especial de desempenho dos servidores em estágio probatório no âmbito do Ministério Público do Estado de Sergipe. A Comissão, estabelecida através da Portaria nº 1.111/2010 chegou a concluir os trabalhos da primeira e segunda etapas com os servidores recém-empossados.

Admissão dos Analistas e Técnicos do Ministério Público

Foram convocados **177 (cento e setenta e sete) Analista do Ministério Público-Especialidade Direito** e reconvocados mais 22 que pediram final de lista, porém, apenas 102 (cento e dois) encontram-se no exercício de suas funções, pois 30 (trinta) continuam como final de lista e 45 desistiram ou foram exonerados à pedido;

Foram convocados mais 02 analistas com especialidade Contabilidade, fechando o quadro com: **01 (um) Especialidade Administração, 03 (três) Especialidade Contabilidade e 01 (um) Especialidade Engenharia Civil;**

Foram convocados **259 (duzentos e cinquenta e nove) Técnicos do Ministério Público-Área Administrativa,** porém, apenas 90 (noventa) encontram-se nos exercício de suas funções, pois, 169 (cento e sessenta e nove) solicitaram final de lista, desistência e exoneração;

Foram cumpridas todas as etapas do processo de admissão em relação a: Junta Médica do Estado de Sergipe, Cadastramento, Palestras, Cursos Preparatórios, Lotações, elaboração de Atos de Nomeação, Portarias de Gratificações de Interiorização e Portarias de Gratificação Especial Operacional, posse com Termo e Ofício de assumir e de apresentação, Atos e Portarias publicadas no Diário da Justiça, Diário Oficial e sítio do Ministério Público.

Aproveitamento de Recursos Humanos

Da análise mensal dos perfis, servidores e estagiários da PGJ/MP, foram relatados objetivando um melhor desempenho no exercício de suas funções, preenchendo desta forma as unidades com carência de pessoal e eliminando despesas desnecessárias.

Aperfeiçoamento de Servidores através de cursos realizados em parceria com a Escola de Gestão Governamental do Estado de Sergipe e outros órgãos do poder público, e com recursos próprios do Ministério Público, conforme Quadro de Cursos realizados em anexo;

Cálculo e atribuição de Gratificação/GEO aos servidores designados para os mutirões carcerários, judiciais e no plantão judicial;

Elaboração, com o novo layout, e expedição de carteiras funcionais dos servidores, estagiários e membros ativos e inativos do MP/SE;

Plantão Judiciário normatizado através da Portaria 1.672/10, designando Analista e Técnico do MP para cumprí-lo;

Escala de Férias dos Servidores do Ministério Público do Estado de Sergipe

Escala de Férias dos Servidores do Ministério Público com encaminhamento a todas as unidades de lotação correspondentes, para conhecimento e definição do período de gozo de férias de cada servidor, de acordo com as normas vigentes;

Divulgação constante da normatização de férias, através da Portaria nº 1.574/06, de 19 de dezembro de 2006 e alterações contidas na Portaria nº 1.210/2010.

Normatização de frequência de Servidores e Estagiários da PGJ/MP

Atualização dos Sistemas de Controle de Frequência manual de Servidores e Estagiários que registram ponto manualmente e apuração do ponto no dia 05 (cinco) de cada mês;

Cadastramento do Ponto Eletrônico dos novos servidores e de locais onde estão sendo instalados o Ponto Eletrônico;

Divulgação da normatização de horário e frequência através da **Portaria nº 1.627/10, de 27 de agosto de 2010;**

Elaboração de **Termo de Opção** para os servidores optarem pelos horários estabelecidos na Portaria nº 1.627/10, combinado com a Lei nº 6.450/08;

Estagiários - Nível Superior (Direito e outros cursos) e Nível Médio

Edital nº 01/10, publicado no Diário da Justiça nº. 3081 de 17/05/10, referente ao Processo Seletivo para Estagiários na área de Direito;

Portaria 122/2010, de 21/01/2010, fixando valor da Bolsa Complementação Educacional para estagiários;

Celebração do Acordo de Cooperação com a Universidade Federal de Sergipe com vigência de 05 cinco anos a partir de 09/06/2010;

Edital nº 01/10, publicado no Diário da Justiça nº. 3093 de 02/06/10, referente ao Processo Seletivo para Estagiários nível Médio;

Celebração do primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 01/2008, firmado com a Faculdade Pio X, prorrogando por mais 02 (dois) anos sua vigência;

Divulgação do horário de jornada dos estagiários através da Portaria nº 1.447/10 e Elaboração do Termo de Opção para que cada estagiário se enquadrasse nos horários definidos na referida Portaria;

Portaria 1.571/2010, de 18/08/2010, fixando NOVO valor da Bolsa Complementação Educacional para estagiários;

Portaria nº 2.064/2010, datada de 27 de maio de 2009, que atualiza os Quadros de Estagiários de nível superior (Direito e Outros Cursos), e de nível médio (Ensino Médio e Fundamental) dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe, produzindo seus efeitos a partir desta data, revogada a Portaria nº 1.010/06;

Convocação das Instituições de Ensino interessadas em celebrar Termo de Convênio para Estágio, conforme publicado no Diário de Justiça nº 3178, de 11/10/2010, atendendo Resolução nº 42 do CNMP;

Edital nº 02/10, publicado no Diário da Justiça nº. 3178 de 11/01/2010, referente ao Processo Seletivo para Estagiários nível Médio;

Através de Processo Licitatório, foi contratada a Empresa TOKIO MARINE SEGURADORA, para concessão de seguro de vida aos estagiário do MP, pelo prazo de 12 meses.

Os estagiários recebem orientações iniciais de normas e procedimentos e constantemente são instruídos pela Coordenação de Recursos Humanos.

A partir de 2010 foi instituído um programa de aulas, atividades e avaliações para os estagiários de nível médio na Escola Superior do Ministério Público, com o auxílio do material compilado para a Cartilha da Cidadania. Os estagiários passaram a ter aulas periódicas para melhor conhecer a Instituição Ministério Público, o mercado de trabalho, seus direitos e deveres, o ambiente social em que vivem, além de noções de cidadania em geral, direitos trabalhistas, da infância, dos idosos, questões sobre meio ambiente, etc.

Processos Administrativos

Foram instruídos todos os processos administrativos tramitados neste exercício e deferidos e homologados pela autoridade superior, referentes a membros e servidores em relação a: licença-prêmio (o direito, o gozo e a majoração), abono de permanência, férias (oriundas de transferência, permuta, suspensão, escala de sorteio, requerimentos de períodos anteriores), indenizações: de férias e de licença-prêmio, re-lotações, final de lista e prorrogações, licenças diversas: médica, casamento, falecimento e outros correlatos, averbação de tempo de serviço e demais correlatos.

Atendimento ao Conselho Nacional do Ministério Público

Publicação de Atos, Portarias, Quadros de Controles de Pessoal e demais Atos relacionados a Folha de Pagamento e a de desenvolvimento de pessoal no **Portal da Transparência** e sítio do Ministério Público, além de publicadas no Diário Oficial e Diário da Justiça;

Atualização do **Portal do Servidor**;

Instrução em todos os processos relacionados ao RH, inclusive ao Plano de Cargos e Salários, contido na Lei nº 6.450/08 e Concurso Público de Técnicos e Analistas do Ministério Público – Edital nº 01/08;

Cumpridas todas as determinações do CNMP, inclusive as Relacionadas a Resolução nº 37/09;

Participação do RH no Plano de Segurança Institucional, exigido pelo CNMP;

Regulamento da concessão de estágio, estabelecido através da Portaria nº 821/10, em consonância com as determinações do CNMP e a Lei Federal.

Desenvolvimento de Pessoal

Revisão das ocorrências funcionais de membros e servidores;

Revisão do projeto e reorganização do arquivo setorial do RH;

Automatização das certidões de contribuição de membros e servidores;

Elaboração do manual de certidão de tempo de contribuição;

Realizações de mutirões no RH para atualização cadastral de membros e servidores, Processo de Admissão de Técnicos e Analistas do Ministério Público, cálculo da Parcela Autônoma de Equivalência dos membros e lançamento de justificativas de faltas e atrasos;

Realização de 56 processos de re-lotação de analistas e técnicos.

Concursos públicos: Membros e servidores

Edital nº 1/2010-PGJ, de 09/02/2010, referente ao ingresso de 09 (nove) membros na carreira do Ministério Público, tendo sido empossados 11 (onze) novos Promotores Substitutos.

Edital nº 01/2010 para provimento de cargos do quadro permanente de pessoal do MP.

2.4 - COORDENAÇÃO DE INFORMÁTICA

É responsável por todos os serviços de informática do MP, incluindo análise de sistemas, programação, administração da rede interna e *webmaster*, elaboração de programas e manutenção dos equipamentos.

Participa da Comissão de Modernização Tecnológica do MP e das reuniões da Comissão de Tecnologia da Informática do Conselho Nacional de Procuradores Gerais.

A Coordenação de Informática apoiou a Comissão de Licitação auxiliando a implantação do Pregão Eletrônico e na realização dos pregões.

Este setor registrou os seguintes avanços e atividades:

1)Ampliação da Infraestrutura de Rede.

a)Foram adquiridos novos equipamentos conforme descrição abaixo:

- Infraestrutura do DATACENTER – Foram instalados dois novos ar-condicionados gerenciados por equipamento de automação, oferecendo tolerância e consequente aumento da segurança dos principais equipamentos servidores de rede e ativos diversos.

- Aquisição/Instalação de **148** microcomputadores e respectivos nobreaks.

- Este investimento proporcionará ao Ministério Público de Sergipe a renovação de todos os micros obsoletos, aumentando a segurança dos nossos dados e a performance dos serviços prestados, além, da diminuição significativa, no custo de manutenção dos equipamentos localizados no interior do Estado.

- Aquisição/Instalação de impressoras laser, sendo **22 dos modelos HP 2015, 1018 ou 1005 e 25 do modelo HP 2055** que funciona em Rede.

- Dando continuidade a substituição gradativa das antigas impressoras Jato de Tinta, aumentando a qualidade e durabilidade do material impresso, bem como reduzindo os custos de manutenção e utilização deste tipo de dispositivo.

- Aquisição/Instalação de **187 Scanners**.

- Equipamento que permite a digitalização de documentos e até a reimpressão em caso de falta de xerox, agilizando os trabalhos administrativos e, sobretudo, da atividade funcional.

- **Expansão de pontos de redes para:**

- Levar o acesso a internet/intranet a setores/unidades que não dispunham de tais serviços ou que utilizavam a rede do Tribunal de Justiça:

- Promotoria de Capela;
- Promotoria de Cristinápolis;
- Colégio de Procuradores;
- 2ª Vara de Execuções Criminais;
- 7ª Vara de Execuções Criminais;
- 17ª Vara Cível
- Implantação do ponto Eletrônico

- Favorecer o controle da jornada de trabalho e possibilitar que os servidores possam optar pelo acréscimo de 2 horas a sua jornada e fazer jus à gratificação específica, bem como incluir critérios objetivos no julgamento dos servidores em cumprimento do estágio probatório.

- Fórum Parque dos Faróis (Socorro)
- Fórum 18 do Forte;
- Fórum Santos Dumont;
- Fórum Orlando Dantas;
- Fórum DIA;
- Fórum Santa Maria;
- Fórum CEASA;
- Fórum UFS;
- Propriá;
- São Cristóvão;
- N. Sra. Da Glória;
- Itabaianinha;
- Poço Verde;
- Arauá;
- Fórum Marcos Freire;
- Boquim;
- Carira;
- Umbaúba;
- Canindé de São Francisco;
- Laranjeiras;
- Neópolis;
- Cedro de São João;
- Aquidabã;
- Poço Redondo;
- Porto da Folha;
- N. Sra. Das Dores;
- Carmópolis;
- Japaratuba;
- Capela;
- Gararu;
- Ribeirópolis;
- Itaporanga D'Ajuda;
- Maruim;
- Frei Paulo;
- Barra dos Coqueiros;
- Campo do Brito.

2) Inovações e Melhorias Implementadas nos Sistemas da Área Fim e Área Meio

a) Registro de Paternidade

- Migração de tecnologia utilizada, possibilitando a confecção de uma versão WEB da aplicação.

b) Controle de Visitantes

- Criação de sistema para controle de visitantes na sede do MP.

c) Ouvidoria

- Permitir notificar automaticamente o manifestante, via e-mail, a cada andamento realizado em sua manifestação.

d) APEP

- Implantação das alterações solicitadas pelo CNMP para registro das interceptações telefônicas;
- Disponibilização de dados para consulta das interceptações telefônicas por parte de cada Promotoria de Justiça;

e) Solicitação de Serviço

- Criação de módulo para o DAA gerenciar todas as demandas recebidas e atendidas.

f) PROEJ

Criação de módulo para atender os inquéritos Policiais;

Criação de uma central para controle de diligências instauradas nos Inquéritos Policiais;

Criação de módulo para os Conselheiros do CSMP;

Criação de módulo para a Secretaria do CSMP;

Criação de LOG para armazenar o histórico das informações excluídas pelo módulo da Coordenadoria-Geral;

Alteração do MENU para possibilitar maior compatibilidade com diferentes tipos de navegadores disponíveis no mercado;
- Implementação de realocação automática, e agendada, de servidores e promotores;

g) Ponto Eletrônico

- Criação do módulo WEB para apuração de horário pelo servidor;
- Registro do histórico de horários de um funcionário;
- Adaptação do sistema para possibilitar o registro em localidades sem acesso a internet;

3. ASSESSORIAS

3.1 - DE ENGENHARIA E PERÍCIAS TÉCNICA

A equipe técnica da Divisão de Engenharia e Perícia é composta por um engenheiro civil/advogado requisitado e uma servidora, Analista do MP com Especialidade em Engenharia Civil recentemente empossada, um químico industrial/advogado, um arquiteto e um engenheiro de produção/técnico em construções prediais. Esta equipe apóia os trabalhos técnicos/periciais das promotorias da capital e do interior, executando inspeções e vistorias técnica nas áreas:

Engenharia ambiental - aterro e invasões de áreas de preservação ambiental, devastação de mata atlântica, sistema de drenagem e rede de esgotamento sanitário; poluição sonora, atmosférica e de rios ou riachos, além de contaminação de solos, sobretudo nos lixões.

Engenharia de tráfego - Condições de rodovias, sinalizações, instalações de fotossensores, faixa de domínio, etc.

Engenharia química - potabilidade de água

Engenharia civil - Avaliação da estrutura física de edifícios residenciais ou comerciais, casas, delegacias, prédios tombados, hospitais, escolas e demais prédios públicos.

Outros - Transcrição fonográfica a requerimento das Promotorias

3.1.1 - Comissão de Perícias de Engenharia

DIVISÃO DE ENGENHARIA E PERÍCIA			
Recebidos	Analisados	Pendentes	% Realizado
430	290	140	67,4

OBS.: O percentual do perícias realizadas caiu neste período em razão do grande esforço do setor no sentido de favorecer a conclusão da obra da nova sede, tendo participado de diversas reuniões e promovido fiscalizações constantemente para averiguação dos trabalhos. A Divisão de Engenharia participou ativamente da Comissão de Acompanhamento da Obra da Nova Sede do MP, da reforma e ampliação da Sede do MP de Itabaiana, e de reformas realizadas em outras unidades do interior.

3.1.2 - Comissão de Análise Contábil

A Comissão de Análises de Documentos Contábeis foi criada em 2007 para apoiar os trabalhos das promotorias do Interior, do Patrimônio Público e a recém criada Promotoria Especializada do Terceiro Setor

Origem	2010		
	Recebidos	Concluídos	Em Análise
Promotoria Especializada do TERCEIRO SETOR	112	95	17
DEMAIS PROMOTORIAS	21	18	3
Administração do MP	12	12	0
TOTAL	145	125	20

Entre os processos analisados em 2010, pode-se citar:

- PROMOTORIA DO TERCEIRO SETOR - 95 Processos,

Este representa o maior campo de atuação da Comissão, examinando os documentos contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Resultado, Variações do Patrimônio), além de Extratos Bancários, Convênios firmados, prestações de contas, e outros documentos, para verificar a situação financeira e econômica das Organizações Não Governamentais. Porém alguns destes procedimentos são de grande dificuldade, pois envolvem elevado volume de recursos públicos.

- DEMAIS PROMOTORIAS - 18 Processos

Foram analisados ainda diversos processos oriundos das demais Promotorias versando acerca de licitações, contratos, diárias, folha de pessoal e pagamentos diversos, dos quais muitos a imprensa noticiou cobrando providências do Parquet:

- Ação de Improbidade Administrativo contra a Sec. De Estado da Educação;

- Dispensa de Licitações para Contrato de Locação de Veículos

- Procedimentos licitatórios da Sec. Est. Da Saúde para reforma do HUSE;

- Questionamentos da Promotoria de NEÓPOLIS referentes à Prestação de Contas de Convênio entre a Prefeitura e a Ação Social Paroquial de Neópolis;

- Questionamentos da Promotoria de Cristinápolis acerca de eventual percepção de vencimentos acima do valor máximo permitido;

- Questionamentos da Promotoria de São Cristóvão acerca de Procedimentos licitatórios para locação de veículos;

- Questionamentos da Promotoria de São Cristóvão acerca de Procedimentos licitatórios para contratação de empresa de segurança e monitoração;

- Questionamentos da Promotoria da Saúde acerca de Procedimentos licitatórios diversos da Sec. Municipal da Saúde;

- Questionamentos da Promotoria de N. Sra. Do Socorro acerca de Procedimentos licitatórios da Câmara de Vereadores para reforma de sua sede;

- Questionamentos da Promotoria de Carmópolis acerca de Procedimentos licitatórios para contratação de empresa prestadora de serviços de planos de saúde;

- Questionamentos da Promotoria de Carmópolis acerca de Procedimentos licitatórios para aquisição de cestas básicas;

- DEMANDAS DA ADMINISTRAÇÃO DO MP

- Discussão, análise e atualização de auxílio-funeral
 - Diligências do TCE referentes a Prestação de Contas de 2008
 - Revisões contratuais com a empresa MULTISERV
- membros;
- Discussão, análise e mensuração e atualização da PARCELA AUTÔNOMA DE EQUIVALÊNCIA – PAE de todos os
 - Discussão, análise e mensuração das perdas para Concessão do reajuste aos servidores do MP;
 - Resposta a recursos administrativo na Licitação de Terceirização de serviços de limpeza e higienização;
 - Resposta a recursos administrativo na Licitação de elevadores;
 - Revisões do Contrato de CELI (Construtora responsável pela obra da nova sede).
 - Revisões do Contrato de THEMA INFORMÁTICA (empresa responsável pela manutenção dos sistemas de folhas de pagamento e outros sistemas administrativos).

3.2 - ASSESSORIA JURÍDICA

Constituída por dois advogados e uma analista, examina a legalidade de atos jurídicos e contratos; emite pareceres em todas as licitações e nos requerimentos de servidores. Provê assessoria jurídica em geral e para a tramitação de procedimentos administrativos internos, sindicâncias, etc.

DOCUMENTOS / PARECERES	2010
Contratos elaborados pela AssJur	20
Ata de Registro de Preços	1
Termos de Depósito Voluntário	2
Termo de Cooperação Técnica	1
Termos Aditivos – T.A.	28
Pareceres de T.A.	28
Extratos e Publicações	61
Justificativas Jurídicas de T.A.	28
Justificativas de Dispensa e Inexigibilidade	14
Pareceres de análise de editais de licitação	39
Pareceres Finais de Procedimento de Licitação	32
Pareceres sobre adesão de Registro de Preços	4
Pareceres de Minutas de Contrato	50
Pareceres sobre consultas formuladas	10
Pareceres de procedimentos administrativos	168
Rescisões Contratuais	-
Termo de Cessão de Uso	0
Sindicância	3
Inquéritos Administrativos	0
TOTAL GERAL DE MANIFESTAÇÕES	489

3.3 - ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

É responsável pela elaboração da proposta orçamentária anual do Ministério Público e pelo acompanhamento de sua tramitação e posterior execução. Elabora projetos visando à captação de recursos, acompanhando sua tramitação, execução

e prestação de contas.

a) Participação nas reuniões do Planejamento Estratégico

b) Prospectivas da Receita e Despesa

Acompanhamento da receita e despesa para projeções do percentual de comprometimento da RCL, comparando-o com o limite imposto pela LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal);

c) Acompanhamento das minúcias para preenchimento do Relatório de Gestão Fiscal, seja nas determinações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ou em órgãos Públicos estaduais e federais, principalmente nos demais Ministérios Públicos.

d) Programação e Acompanhamento das Leis Orçamentárias, elaborando e/ou revisando PPA, LDO e LOA, bem como monitoração da evolução/movimentação dos recursos para as adequações necessárias.

e) Compactação de informações para elaboração de Relatórios diversos, tais como: os dados para o CNMP, CONAMP e este relatório anual;

f) Acompanhamento dos projetos orçamentários e programas estaduais como SAFIC, SIAG e SISAP.

3.4 - ASSESSORIA MILITAR

A ASMIL tem por finalidade a preservação da segurança institucional do Órgão, protegendo e preservando os Membros em sua atuação, seja em Audiências, sobretudo do Tribunal do Júri, ou em Eventos de grande movimentação de pessoas.

Atendendo a determinação do CNMP e em atenção às orientações da Procuradoria Geral foi concluído o Plano de Segurança Institucional o qual traça um conjunto de regras e rotina de procedimentos a serem adotados para proteção individual dos membros e servidores contra sinistros ou ameaças, bem como segurança para as instalações físicas e informações (documentos e arquivos magnéticos).

Atualmente, apesar de contar com apenas 18 policiais, implementou uma dinâmica no serviço de segurança que permita a visualização do ambiente interno e do atendimento aos visitantes, passando, inclusive, a recepcionar e orientar os visitantes:

- Readequação do sistema de segurança eletrônica com a aquisição do Circuito Fechado de Televisão (CFTV), aumentando a capacidade de retenção de imagens gravadas por mais dois meses;

- Adequação do Sistema de Segurança para funcionar em sintonia com o sistema de alarme (controle de intrusão) e o de incêndio;

- Locação de sistema de segurança eletrônica e controle de incêndio (com monitoramento 24 horas), instalação de sensores de alarme sonoro em caso de intrusão ou incêndio para:

- Sede do MP;

- Garagem vizinha a sede do MP (com sistema de cerca elétrica);

- Promotoria de Simão Dias

- Na sede e na garagem do MP;

- Reordenamento do Programa/regramento para correta utilização do detector de metais, favorecendo registrar e controlar a entrada de pessoas às dependências do MP;

- Mediante solicitação junto à Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito da Prefeitura Municipal de Aracaju, foi conferida maior acessibilidade aos deficientes físicos com a demarcação de mais duas vagas de estacionamento em

frente à sede do MP, sendo uma para idoso e outra para deficientes;

- Proteção Institucional em 35 (trinta e cinco) sessões de julgamentos pelo Tribunal do Júri, sendo em Aracaju, Canindé de São Francisco, Estância, Itabaiana, e N. Sra. do Socorro.:

- Proteção em 47 Audiências que foram consideradas de grande repercussão em diversas cidades do Interior;

- Proteção Individual de 03 Membros sob ameaças ou em razão de apuração de fatos graves:

- Promotoria de Japaratuba (Dr. Nilzir Soares Vieira Junior)

- Promotoria de N. Sra. Da Glória (Dr. Alex Maia Esmeraldo Oliveira)

- Procuradora-Geral de Justiça (Dra. Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça) com emprego maciço do efetivo desde a data do atentado sofrido pelo Des. Luiz Mendonça, esposo da Procuradora-Geral, em que, no momento do fato, estavam próximos, com veículos praticamente idênticos, tendo proteção constante diuturnamente em qualquer saída de casa que solicitar e em todos os deslocamentos de ida e volta para as dependências do Ministério Público.

- Proteção aos Membros do MP em eventos ou visitas a órgãos/logradouros públicos, realizados 21 eventos:

- Plantão dos Membros do MP/SE, por ocasião do Pré-caju/2009;

- Estande do MP no "Sergipe de Todos" em Pirambu, Boquim, N. Senhora do Socorro, Estância, Tobias Barreto e Capela;

- Reunião de trabalho para realização da 2ª etapa do Planejamento Estratégico no Hotel Fazenda Boa Luz;

- Apoio na Inspeção a galpões de medicamentos das Sec. Municipal de Saúde de Aracaju;

- Censo Educacional nos municípios de Santana do São Francisco;

- Pós-Censo Educacional no município de N. Sra. das Dores;

- IV reunião da Coordenação Setorizada Grupo Nacional de Combate a Organizações Criminosas (GNCOC) – Norte/Nordeste (média de 5 agentes por dia);

- Disponibilização de 02 profissionais de segurança com veículo e armamento para apoiar as diversas Promotorias com execução de serviços de investigação, condução coercitiva, etc. favorecendo a atuação do Núcleo de Apoio às Atividades Cíveis e Criminais, tendo atendido:

Mês	Órgão solicitante	Qtde Solicitada	Situação
Janeiro			
Fevereiro	5ª Promotoria de Justiça Criminal	6	Localizados
	2ª Promotoria de Justiça Criminal	2	Localizados
	Promotoria de Defesa do Patrimônio Público	1	Localizado
Março	5ª Promotoria de Justiça Criminal	4	Localizados
	2ª Promotoria de Justiça Criminal	1	Localizado
	Promotoria Criminal de São Cristóvão	2	Localizados
	Promotoria de Boquim	1	Localizado
Abril	5ª Promotoria de Justiça Criminal	6	Localizados
	2ª Promotoria de Justiça Criminal	4	Apenas 1 localizado
	Promotoria Criminal de São Cristóvão	2	Localizados
	Promotoria Cível de São Cristóvão	1	Localizado
	1ª Promotoria Criminal de Socorro	2	Localizados

Maio	5ª Promotoria de Justiça Criminal	3	Apenas 1 localizado
	2ª Promotoria de Justiça Criminal	8	Localizados
	4ª Promotoria de Justiça Criminal	4	2 Localizados
	Promotoria Criminal de São Cristóvão	1	Localizado
	2ª Promotoria da Infância	2	Localizados
	1ª Promotoria Criminal de Socorro	1	Localizado
	2ª Promotoria Criminal de Socorro	1	Localizado
	4ª Promotoria de Justiça Criminal	3	2 Localizados
Junho	5ª Promotoria de Justiça Criminal	1	Localizado
	2ª Promotoria de Justiça Criminal	1	Localizado
	2ª Promotoria da Infância	4	Localizados
	2ª Promotoria Criminal de Socorro	1	Localizado
	3ª Promotoria de Justiça Criminal	3	1 Localizado
	4ª Promotoria de Justiça Criminal	1	Não Localizado
Julho	5ª Promotoria de Justiça Criminal	1	Não Localizado
	2ª Promotoria de Justiça Criminal	5	Localizados
	4ª Promotoria de Justiça Criminal	2	Não Localizados
	1ª Promotoria Criminal de Socorro	3	2 Localizados
	2ª Promotoria Criminal de Socorro	2	1 Localizado
	4ª Promotoria de Justiça Criminal	4	Localizados
Agosto	5ª Promotoria de Justiça Criminal	4	3 Localizados
	2ª Promotoria de Justiça Criminal	13	11 Localizados
	2ª Promotoria Criminal de Socorro	2	Localizados
	1ª Vara Criminal de Aracaju	1	Localizado
	3ª Promotoria de Justiça Criminal	5	4 Localizados
	4ª Promotoria de Justiça Criminal'	2	1 Localizado
Setembro			

3.5 - DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO, EVENTOS E CERIMONIAL

Nascida da evolução natural implementada na antiga Assessoria de Comunicações com fito de conferir transparência a todos os atos do Ministério Público, tendo como atribuição principal o desenvolvimento de um trabalho de projeção da imagem do Ministério Público oferecendo transparência nas ações do Ministério Público, seja em eventos em que pessoas venham visitar suas instalações ou em oferecimento das informações pertinentes à atuação ministerial.

O foco de suas ações está em fortalecer a credibilidade da Instituição junto à sociedade. Para tal mister, ocupa-se em acompanhar todas as atividades executadas pelo Parquet para produzir matérias noticiosas e divulgá-las nos diversos meios de comunicação, iniciando pela página eletrônica do MP (www.mp.se.gov.br), mas disponibilizando para outros sítios de informações (infonet, etc) ou pela imprensa tradicional.

A cobertura dos fatos e eventos envolve filmagem ou fotografia dos acontecimentos, com gravação em áudio de entrevistas das pessoas envolvidas e coleta de informações basilares para produção de texto, os quais, após o devido tratamento, são transformados em matéria noticiosa para o sítio do MP e distribuição para os diversos meios de comunicação.

Outra função exercida é a operação do sistema de sonorização do Ministério Público, seja no Auditório da ESMP ou em outros locais.

Ocupa-se ainda da preparação de suporte eletrônico em eventos e nos Tribunais do Juri, instalando TV, DVD, vídeo, projetores de mídia, etc para transmissões diversas;

Entre as ações realizadas encontram-se:

- Confecção e distribuição de cartões e convites em datas comemorativas ou solenidades;
- Atualização diária da página eletrônica do MPE com divulgação de informações internas;
- Elaboração de cartazes, convites, comunicados, placas, etc.

- Organização dos eventos com providências de recursos audio-visuais, pastas, canetas, blocos, salão, buffet, etc.
- Divulgação, registro fotográfico e filmagem dos eventos;
- CLIPPINGS de notícias relacionadas ao MP, digitalizando-as para providenciar um clipping eletrônico;
- Contato com a mídia, agendamento de entrevistas, envio da pauta de audiências, divulgação de release e envio de convites para eventos e solenidades;
- Intercâmbio com outros MPs do Brasil para troca de idéias sobre projetos exitosos;
- Assistência aos profissionais da imprensa para cobertura das matérias interessadas;
- Organização de eventos e respectivo cerimonial.

EVENTOS E CERIMONIAIS

- Reunião de abertura dos trabalhos do Planejamento estratégico (01/03/2010)
- Assembléia geral do Planejamento Estratégico no Haras Boa Luz (26/04/2010)
- Assinatura de convênio com a SEJUC (26/05/2010)
- Palestra do dia nacional de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes (18/05/2010)
- IV Reunião Norte/Nordeste do GNCOC (20 e 21/05/2010)
- Posse do Dr. Carlos Augusto Alcântara Machado como Procurador de Justiça (19/07/2010)
- Seminário "Vidas SIM, Drogas NÃO" (13 e 14/08/2010);
- Evento do Núcleo de Apoio Operacional do Meio Ambiente;
- Melhor Arrazoadado Forense e Jurídico (09/08/2010)
- Implantação do Núcleo dos Direitos da Mulher;
- Inauguração da ampliação do projeto RECRIARTE no Bairro Santa Maria;
- Seminário SOS Coroa do Meio/Atalaia (27/10/2010)
- Posse dos novos servidores concursados;

POLÍTICAS ESTRATÉGICAS

Em 2010 deu-se prosseguimento à estratégia de investir em melhoria das condições de trabalho das unidades do MP, sejam elas administrativas, sejam da área finalística.

Nesta senda, foram priorizados as instalações físicas, adquiridos móveis segundo uma política ergonômica, disponibilizando-os para os servidores e membros das diversas Promotorias, oferecendo qualidade e eficiência no *layout* do mobiliário adquirido.

Obras de manutenção e conservação foram realizadas sempre que solicitadas, buscando aumentar o conforto e segurança dos usuários dos serviços do MP e dos Promotores e servidores.

No tocante às melhorias ao parque tecnológico, foram adquiridos mais 148 computadores, 47 impressoras e 187 scanners. Os antigos monitores analógicos vem sendo substituídos progressivamente, à medida que novos computadores são adquiridos com monitores de LCD, que propiciam redução de consumo de energia e menor geração de calor.

Especial atenção foi dada à capacitação profissional, tendo em vista o ingresso de muitos servidores novos, tendo oferecido/realizado diversos cursos e treinamentos, sobretudo, na área de administração e informática, possibilitando utilização dos novos equipamentos e softwares disponibilizados.

No campo dos investimentos, o maior enfoque da política de reestruturação foi dado ao projeto de construção da nova sede do Ministério Público da Capital, cujas obras tiveram grande avanço neste exercício, permanecendo com a previsão de conclusão para o primeiro semestre de 2011.

O impasse inicial provocado em razão do número de vagas no estacionamento para o público, decorrente de exigência do órgão municipal de trânsito (SMTT), obrigou o Ministério Público a solicitar ao Governo do Estado a doação de áreas adjacentes. Esta negociação, que envolveu vários estudos e um projeto de alteração de toda a malha viária próxima, foi bem sucedida, e o Ministério Público obteve autorização para utilizar mais 16.000 m², aproximadamente, tendo sido concretizada a doação somente no início do ano, permitindo a licitação para tal fim. Foi necessário projetar um novo estacionamento, com projeto arquitetônico e de engenharia, cujo custo inicialmente não estava previsto.

Concomitantemente à construção da sede, estão sendo instalados os equipamentos de informática relativos ao cabeamento e *data Center*, adquiridos através de adesão a atas de registro de preços.

Além da obra de construção do Edifício Sede do MP, encontra-se em andamento é **a ampliação da sede do Ministério Público na cidade de Itabaiana**, com a construção de novos gabinetes e aposentos residenciais, não só para atender à necessidade gerada pela criação da 2ª Vara Promotoria de Itabaiana, mas também prevendo a criação de outras unidades no futuro.

Outro ponto que mereceu especial atenção durante o ano de 2010, foi a preparação das condições para a regularização do pagamento aos membros do MP de verbas em atraso denominadas de PARCELA AUTÔNOMA DE EQUIVALÊNCIA – **PAE**, reconhecidas pelo Supremo Tribunal Federal – STF desde o ano de 2000, tendo os interessados pleiteado em novembro/2009 e, após muitas análises, consultas de jurisprudência e até envio de equipe a outra Unidade da Federação, foi autorizada a realização dos cálculos necessários à apuração do montante devido, para futuro pagamento, a juízo do novo gestor que inicia seu mandato em novembro de 2010.

Todos os levantamentos para pagamento da PAE foram realizados, observando a ficha financeira de cada beneficiário, os parâmetros foram bem definidos seguindo o maior rigor jurisprudencial visando evitar entraves administrativos para o Órgão ou para os membros, seja com a Receita Federal ou com a Previdência. Assim, além de deixar tudo rigorosamente encaminhado e calculado, os recursos necessários foram inclusos na proposta orçamentária para o ano vindouro.

Além destas realizações, foi dada especial atenção à questão do déficit de servidores do Ministério Público.

Foram nomeados os novos servidores auxiliares do Órgão (técnicos e analistas nas áreas de assistência social, contabilidade, administração e, sobretudo, jurídica), tendo, inclusive, realizado novo concurso em razão da ampliação dos cargos e da convocação dos excedentes. Destarte, o Ministério Público dispõe de lista suficiente de candidatos aprovados para futuro chamamento, à medida em que sua contratação for necessária e oportuna.

Também foi providenciado concurso para admissão de membros, sendo nomeados ao final da gestão **onze novos Promotores Substitutos**, restando sem preenchimento quatro vagas que ainda dependem de remoções e promoções. Existe, todavia, uma lista de candidatos aprovados para que os cargos possam ser preenchidos na próxima gestão.

A Procuradoria preocupou-se com o registro de ações importantes e a garantia da memória de fatos que fazem parte da História do Ministério Público. Assim, adotou as providências necessárias à redação e publicação de obra que trata das ações de repercussão do Ministério Público junto à sociedade, obra denominada “**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE – AÇÃO**

EM DEFESA DA SOCIEDADE”, que se concretizou com a conjugação de esforços da Escola Superior do Ministério Público, Secretaria Geral e Coordenação de Informática, vindo a lume em edição de 1000 volumes.

Com a criação do Núcleo de Documentação e Memória do Ministério Público, foi dado impulso à organização do acervo de documentos arquivados do Ministério Público, com vistas à criação de um futuro Memorial da Instituição. Fruto imediato deste trabalho, que na verdade teve início no primeiro ano da atual administração, foi possível contratar uma equipe de historiadores que se encarregou de pesquisar as informações coletadas e outras disponíveis em várias fontes, produzindo, ao final, o livro “**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE NA HISTÓRIA**”, publicado em edição de 800 exemplares.

Ao longo de vários meses de 2010, o Ministério Público esteve também empenhado em produzir e publicar o seu **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO e plano plurianual** para os próximos cinco anos. Consistente em várias etapas e contando com a participação maciça da classe e de servidores convidados, com a coordenação conjunta da Escola Superior do Ministério Público, Coordenadoria-Geral e Ouvidoria do Ministério Público, o Plano Estratégico foi concluído e publicado. Seus exemplares estão sendo distribuídos aos membros da Instituição para que dêem início à sua implementação, a partir de 1º de janeiro de 2011.

Dentro das possibilidades dos recursos disponíveis para investimento e custeio, foram adquiridos diversos bens, distribuídos entre os diversos setores..

A seguir, um resumo das aquisições de equipamentos e contratação de serviços do período:

1 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

1.1 LICITAÇÕES - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E AQUISIÇÕES NO PERÍODO

EQUIPAMENTOS	
OBJETO	2010
Mobiliário, Equipamentos e Eletro-eletrônicos (Ar Condicionados, Longarinas, Mesas Cadeiras, etc)	176.576,92
Equipamentos de Informática (148 Computadores, 47 Impressoras Laser e 187 Scanner)	126.469,00
Aquisição/renovação de Licenças de softwares	54.125,00
Livros (mais de 250 exemplares)	8.208,81
TOTAL	365.379,73

OBRAS E ENGENHARIA E ALGUNS SERVIÇOS DO GÊNERO	
OBJETO	2010
Construção da nova sede do Ministério Público em Aracaju	12.885.016,80
Construção de estacionamento da nova sede do Ministério Público em Aracaju	1.799.681,95
Aluguel de Geradores	22.200,00
Serviços de Topografia da área do novo prédio	48.618,18
Projeto elétrico	29.950,00
Terraplanagem	32.385,00
Aquisição e serviços de Instalação da Central de Ar Condicionados	5.546.231,26
Aquisição e serviços de Instalação dos Geradores	296.000,00
Aquisição e serviços de Instalação dos seis ELEVADORES	169.736,94
Serviços de Esgotamento sanitário	95.191,20
TOTAL	20.925.011,33

* Inscritos em restos à pagar e executado em 2009

ACERVO FOTOGRÁFICO DAS OBRAS

ITABAIANA

AMPLIAÇÃO DA PROMOTORIA DE ITABAIANA



DA NOVA SEDE

Início dos trabalhos – Derrubada de árvores



Aterro da Parte lateral após crescimento do terreno e Escavações





MATERIAL DE CONSUMO

OBJETO	2010
Fardamento – Servidores, estagiários e Censo Escolar	10.379,80
Suprimentos de Informática	91.431,42
Combustíveis (estimativa do Contrato)	78.151,93
Diversos (Gráfico, Copa, Cozinha, Limpeza e Conservação, Mat. Expediente; Mat. Elétrico e de Construção. Peças e Pneus para veículos. etc)	263.096,97
TOTAL	443.060,12

SERVIÇOS

OBJETO	2010
Água/esgoto	64.066,21
Passagens	68.532,99
Locação de imóveis (c/ IPTU)	155.161,87
Contratação de estagiários (com seguro e vale transporte)	637.522,80
Serv. De limpeza – Multiserv	1.193.628,33
Hospedagem	2.708,11
Fornecimento de energia elétrica	279.164,10
Telefonia (móvel e fixa)	99.963,01
Publicação oficial (segrase) (*)	0,00
Correspondência (*)	96.760,88
Manut. De elevadores	10.800,00
Vale transporte (**)	0,00
Manut. Em veículos	6.019,37
Diárias	150.375,50
Aluguel de máq. Xérox	41.360,00
Manut. De software (crh, almox e pat. Móvel)	122.525,07
Serviço de filmagem	11.400,00
Seguros de veículos	18.408,02
Alimentação preparada (plantão)	25.038,00
Auxílio-funeral	18.292,35
Despesas c/ Concursos	131.262,00
Implantação do Coral	9.900,00
INSS	13.263,98
Indenizações	2.588,00
Cursos e Treinamentos	31.930,00
IPTU/Escrituras	29.419,83
Licenciamento de Veículos	4.399,93
Manutenção e Serv. Diversos	39.180,91
Pesquisa Documental	19.000,00
Planejamento Estratégico	12.000,00
TOTAL	3.294.671,57

* Correp./ Public e Encard. Estão juntos a partir de 2009

** Vale Transporte, a partir de 2009, está junto com Estagiário.

PESSOAL

OBJETO	2010
Ativos (venc.+ ind. + ressarc)	45.605.021,74
Inativos **	0,00
Patronal (ativos e inativos) e IPES SAÚDE	8.721.431,55
ATS	0,00
Despesas de Exerc. Anteriores	190.005,39
Indenizações	539.263,53
Requisitados	56.293,97
TOTAL	55.112.016,18

CAPÍTULO V

CONCLUSÃO

Com o presente relatório, a Administração Superior do Ministério Público concluiu sua obrigação de registrar e disponibilizar aos membros da Instituição, aos órgãos fiscalizadores e ao público em geral, um resumo das informações relativas à gestão dos recursos empregados para o desenvolvimento das atividades dos órgãos de execução. Todos os documentos, arquivos ou bancos de dados que instruíram a confecção do Relatório encontram-se nos setores competentes do Ministério Público e/ou na Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão do órgão, à disposição dos interessados para consulta.

Os dados estatísticos, que são apresentados em anexo, objetivam permitir uma avaliação destas atividades.

A missão da Administração é proporcionar aos órgãos de execução as melhores condições possíveis para atingir e manter em nível de excelência os serviços prestados à sociedade, para satisfação dos interesses coletivos.

Anexos



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ÁREA - Criminal

Ano: 2010

Mês: Todos

Processos Criminais no 1º Grau

Recebidos ou Instaurados pelo MP no Mês

Crimes Contra a Vida	9060
Crimes Contra a Administração Pública	550
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	24
Crimes Contra a Ordem Tributária	52
Crimes de Tortura	47
Crimes Contra o Meio Ambiente	266
Crimes Contra o Consumidor	36
Outros Crimes	16931
Crimes Contra o patrimônio	13954
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	2061
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	3146
Crimes de Trânsito	2070

Passam para o Mês Seguinte Sem Prazo de Manifestação Excedido

Ocorreram	2197
-----------	------

Passam para o Mês Seguinte Com Prazo de Manifestação Excedido

Ocorreram	635
-----------	-----

Arquivados

Pela Extinção de Punibilidade - Pela Prescrição	442
Pela Extinção de Punibilidade - Pela Decadência	125
Pela Extinção de Punibilidade - Por Outras Causas	1744
Por Desconhecimento de Autoria	149
Por Outras Causas	804

Total de Manifestações

Crimes Contra a Vida	8596
Crimes Contra a Administração Pública	533
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	22
Crimes Contra a Ordem Tributária	48
Crimes de Tortura	51
Crimes Contra o Meio Ambiente	271
Crimes Contra o Consumidor	47



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Outros Crimes	17878
Crimes Contra o patrimônio	13869
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	2437
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	4208
Crimes de Trânsito	2649

Processos Criminais no 2º Grau

Recebidos ou Instaurados pelo MP no Mês

Crimes Contra a Vida	556
Crimes Contra a Administração Pública	119
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	97
Crimes Contra a Ordem Tributária	55
Crimes de Tortura	64
Crimes Contra o Meio Ambiente	43
Crimes Contra o Consumidor	48
Outros Crimes	814
Crimes Contra o patrimônio	1087
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	406
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	386
Crimes de Trânsito	236

Passam para o Mês Seguinte Sem Prazo de Manifestação Excedido

Ocorreram	313
-----------	-----

Passam para o Mês Seguinte Com Prazo de Manifestação Excedido

Ocorreram	3
-----------	---

Arquivados

Pela Extinção de Punibilidade - Pela Prescrição	29
Pela Extinção de Punibilidade - Pela Decadência	14
Pela Extinção de Punibilidade - Por Outras Causas	49
Por Desconhecimento de Autoria	37
Por Outras Causas	100

Total de Manifestações

Crimes Contra a Vida	497
Crimes Contra a Administração Pública	108
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	86
Crimes Contra a Ordem Tributária	47
Crimes de Tortura	59



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Crimes Contra o Meio Ambiente	36
Crimes Contra o Consumidor	42
Outros Crimes	1080
Crimes Contra o patrimônio	878
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	142
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	460
Crimes de Trânsito	94

Processos Criminais no Órgão do MP que atua perante Tribunais Superiores

Recebidos ou Instaurados pelo MP no Mês

Crimes Contra a Vida	2
Crimes Contra a Administração Pública	3
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	1
Crimes Contra a Ordem Tributária	0
Crimes de Tortura	0
Crimes Contra o Meio Ambiente	0
Crimes Contra o Consumidor	0
Outros Crimes	0
Crimes Contra o patrimônio	4
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	0
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	5
Crimes de Trânsito	0

Passam para o Mês Seguinte Sem Prazo de Manifestação Excedido

Ocorreram	0
-----------	---

Passam para o Mês Seguinte Com Prazo de Manifestação Excedido

Ocorreram	0
-----------	---

Arquivados

Pela Extinção de Punibilidade - Pela Prescrição	0
Pela Extinção de Punibilidade - Pela Decadência	0
Pela Extinção de Punibilidade - Por Outras Causas	0
Por Desconhecimento de Autoria	0
Por Outras Causas	0

Total de Manifestações

Crimes Contra a Vida	3
Crimes Contra a Administração Pública	3
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	1



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Crimes Contra a Ordem Tributária	0
Crimes de Tortura	0
Crimes Contra o Meio Ambiente	0
Crimes Contra o Consumidor	0
Outros Crimes	0
Crimes Contra o patrimônio	4
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	0
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	5
Crimes de Trânsito	0

Suspensões Condicionais do Processo Efetivadas (Em Qualquer Grau de Jurisdição)

Suspensões Condicionais do Processo Efetivadas (Em Qualquer Grau de Jurisdição)

Crimes Contra a Administração Pública	1
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	0
Crimes Contra a Ordem Tributária	0
Crimes Contra o Meio Ambiente	7
Crimes Contra o Consumidor	0
Outros Crimes	331
Crimes Contra o patrimônio	52
Crimes de Trânsito	83

Julgamentos

Condenação Conforme Pedido do MP de 1º Grau

Crimes Contra a Vida	351
Crimes Contra a Administração Pública	45
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	18
Crimes Contra a Ordem Tributária	21
Crimes de Tortura	26
Crimes Contra o Meio Ambiente	19
Crimes Contra o Consumidor	20
Outros Crimes	1902
Crimes Contra o patrimônio	819
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	127
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	331
Crimes de Trânsito	200

Absolvição Contrária ao Pedido do MP de 1º Grau



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Crimes Contra a Vida	119
Crimes Contra a Administração Pública	24
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	17
Crimes Contra a Ordem Tributária	7
Crimes de Tortura	17
Crimes Contra o Meio Ambiente	11
Crimes Contra o Consumidor	16
Outros Crimes	203
Crimes Contra o patrimônio	206
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	51
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	113
Crimes de Trânsito	40

Condenação Conforme Pedido do MP de 2º Grau

Crimes Contra a Vida	240
Crimes Contra a Administração Pública	48
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	26
Crimes Contra a Ordem Tributária	26
Crimes de Tortura	36
Crimes Contra o Meio Ambiente	14
Crimes Contra o Consumidor	19
Outros Crimes	552
Crimes Contra o patrimônio	437
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	63
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	254
Crimes de Trânsito	41

Absolvição Contrária ao Pedido do MP de 2º Grau

Crimes Contra a Vida	153
Crimes Contra a Administração Pública	36
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	28
Crimes Contra a Ordem Tributária	11
Crimes de Tortura	21
Crimes Contra o Meio Ambiente	12
Crimes Contra o Consumidor	18
Outros Crimes	360
Crimes Contra o patrimônio	242
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	42
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	126



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Crimes de Trânsito	24
--------------------	----

Condenação Conforme Pedido do MP que Atua Perante Tribunal Superior

Crimes Contra a Vida	1
Crimes Contra a Administração Pública	1
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	2
Crimes Contra a Ordem Tributária	0
Crimes de Tortura	2
Crimes Contra o Meio Ambiente	0
Crimes Contra o Consumidor	0
Outros Crimes	0
Crimes Contra o patrimônio	2
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	0
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	3
Crimes de Trânsito	0

Absolvição Contrária ao Pedido do MP que Atua Perante Tribunal Superior

Crimes Contra a Vida	2
Crimes Contra a Administração Pública	3
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	2
Crimes Contra a Ordem Tributária	0
Crimes de Tortura	0
Crimes Contra o Meio Ambiente	0
Crimes Contra o Consumidor	0
Outros Crimes	0
Crimes Contra o patrimônio	3
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	0
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	1
Crimes de Trânsito	2

Atos de Controle Externo da Atividade Policial

Denúncias Oferecidas no Mês

Ocorreram	142
-----------	-----

Visitas a Estabelecimentos Prisionais

Ocorreram	89
-----------	----

Procedimentos Investigativos Instaurados

Ocorreram	20
-----------	----

Recomendações Expedidas



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Ocorreram	3
-----------	---

Ações Penais Julgadas Procedentes

Ocorreram	64
-----------	----

Ações Penais Julgadas Improcedentes

Ocorreram	7
-----------	---

Inquéritos Policiais/Notícias Criminais

Passam para o Mês Seguinte Sem Prazo de Manifestação Excedido

Ocorreram	2304
-----------	------

Passam para o Mês Seguinte Com Prazo de Manifestação Excedido

Ocorreram	1196
-----------	------

Transações Penais Efetivadas no Mês

Crimes Contra a Vida	4
Crimes Contra a Administração Pública	14
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	0
Crimes Contra a Ordem Tributária	0
Crimes de Tortura	0
Crimes Contra o Meio Ambiente	17
Crimes Contra o Consumidor	0
Outros Crimes	307
Crimes Contra o patrimônio	56
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	13
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	0
Crimes de Trânsito	181

Denúncias Oferecidas no Mês

Crimes Contra a Vida	807
Crimes Contra a Administração Pública	41
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	0
Crimes Contra a Ordem Tributária	8
Crimes de Tortura	5
Crimes Contra o Meio Ambiente	46
Crimes Contra o Consumidor	5
Outros Crimes	1921
Crimes Contra o patrimônio	1683
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	599
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	531



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Crimes de Trânsito	617
--------------------	-----

Baixado à Origem para Realização de Diligência

Crimes Contra a Vida	738
Crimes Contra a Administração Pública	26
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	0
Crimes Contra a Ordem Tributária	9
Crimes de Tortura	2
Crimes Contra o Meio Ambiente	26
Crimes Contra o Consumidor	2
Outros Crimes	1577
Crimes Contra o patrimônio	683
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	584
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	92
Crimes de Trânsito	152

Arquivados

Pela Extinção de Punibilidade - Pela Prescrição	91
Pela Extinção de Punibilidade - Pela Decadência	159
Pela Extinção de Punibilidade - Por Outras Causas	419
Por Desconhecimento de Autoria	875
Por Outras Causas	1611

Recebidos ou Requisitados pelo MP no Mês

Crimes Contra a Vida	2107
Crimes Contra a Administração Pública	145
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	0
Crimes Contra a Ordem Tributária	56
Crimes de Tortura	4
Crimes Contra o Meio Ambiente	89
Crimes Contra o Consumidor	35
Outros Crimes	5498
Crimes Contra o patrimônio	3467
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	1698
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	350
Crimes de Trânsito	762

Termos Circunstanciados

Passam para o Mês Seguinte Sem Prazo de Manifestação Excedido



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Ocorreram	225
-----------	-----

Passam para o Mês Seguinte Com Prazo de Manifestação Excedido

Ocorreram	103
-----------	-----

Transações Penais Efetivadas no Mês

Crimes Contra a Administração Pública	17
Crimes Contra o Meio Ambiente	29
Crimes Contra o Consumidor	0
Outros Crimes	1693
Crimes Contra o patrimônio	58
Crimes de Trânsito	291

Denúncias Oferecidas no Mês

Crimes Contra a Administração Pública	10
Crimes Contra o Meio Ambiente	13
Crimes Contra o Consumidor	0
Outros Crimes	441
Crimes Contra o patrimônio	17
Crimes de Trânsito	74

Baixado à Origem para Realização de Diligência

Crimes Contra a Administração Pública	88
Crimes Contra o Meio Ambiente	65
Crimes Contra o Consumidor	2
Outros Crimes	1916
Crimes Contra o patrimônio	113
Crimes de Trânsito	429

Arquivados

Pela Extinção de Punibilidade - Pela Prescrição	251
Pela Extinção de Punibilidade - Pela Decadência	550
Pela Extinção de Punibilidade - Por Outras Causas	1858
Por Desconhecimento de Autoria	19
Por Outras Causas	1081

Recebidos ou Requisitados pelo MP no Mês

Crimes Contra a Administração Pública	130
Crimes Contra o Meio Ambiente	164
Crimes Contra o Consumidor	2
Outros Crimes	8431
Crimes Contra o patrimônio	208
Crimes de Trânsito	1009



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ÁREA - Cível

Ano: 2010

Mês: Todos

Inquéritos Cíveis/Procedimentos Preparatórios

Instaurados

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	154
Meio Ambiente e Urbanismo	358
Saúde	171
Consumidor	3
Outros	1022
Educação	96
Portador de Necessidades Especiais	10
Idoso	22
Conflito Agrário	0
Questão Indígena	82

Arquivados Sem Ajustamento de Conduta

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	112
Meio Ambiente e Urbanismo	174
Saúde	77
Consumidor	1
Outros	146
Educação	75
Portador de Necessidades Especiais	7
Idoso	11
Conflito Agrário	0
Questão Indígena	0

Arquivados Com Ajustamento de Conduta

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	0
Meio Ambiente e Urbanismo	26
Saúde	13
Consumidor	0
Outros	30
Educação	0
Portador de Necessidades Especiais	0
Idoso	0

**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Conflito Agrário	0
Questão Indígena	3

Ação Civil Ajuizada

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	60
Meio Ambiente e Urbanismo	53
Saúde	50
Consumidor	3
Outros	183
Educação	11
Portador de Necessidades Especiais	8
Idoso	10
Conflito Agrário	0
Questão Indígena	3

Passam para o Mês Seguinte Sem Prazo de Conclusão Excedido

Ocorreram	5693
-----------	------

Passam para o Mês Seguinte Com Prazo de Conclusão Excedido

Ocorreram	3058
-----------	------

Processos Cíveis no 1º Grau**Recebidos no Mês**

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	740
Meio Ambiente e Urbanismo	234
Saúde	186
Consumidor	46
Outros	62566
Educação	131
Portador de Necessidades Especiais	235
Idoso	177
Conflito Agrário	9
Questão Indígena	80

Passam para o Mês Seguinte Sem Prazo de Conclusão Excedido

Ocorreram	2267
-----------	------

Passam para o Mês Seguinte Com Prazo de Conclusão Excedido

Ocorreram	1885
-----------	------

Total de Manifestações

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	726
--	-----



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Meio Ambiente e Urbanismo	237
Saúde	177
Consumidor	191
Outros	57386
Educação	542
Portador de Necessidades Especiais	209
Idoso	168
Conflito Agrário	6
Questão Indígena	448

Processos Cíveis no 2º Grau

Recebidos no Mês

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	204
Meio Ambiente e Urbanismo	214
Saúde	326
Consumidor	2057
Outros	5685
Educação	328
Portador de Necessidades Especiais	66
Idoso	101
Conflito Agrário	25
Questão Indígena	1

Passam para o Mês Seguinte Sem Prazo de Conclusão Excedido

Ocorreram	2348
-----------	------

Passam para o Mês Seguinte Com Prazo de Conclusão Excedido

Ocorreram	1
-----------	---

Total de Manifestações

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	173
Meio Ambiente e Urbanismo	172
Saúde	256
Consumidor	1650
Outros	4880
Educação	196
Portador de Necessidades Especiais	56
Idoso	90
Conflito Agrário	16



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Questão Indígena	1
------------------	---

Processos Cíveis no Órgão do MP que atua Perante Tribunais

Recebidos no Mês

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	0
Meio Ambiente e Urbanismo	0
Saúde	0
Consumidor	0
Outros	0
Educação	0
Portador de Necessidades Especiais	0
Idoso	0
Conflito Agrário	0
Questão Indígena	0

Passam para o Mês Seguinte Sem Prazo de Conclusão Excedido

Ocorreram	0
-----------	---

Passam para o Mês Seguinte Com Prazo de Conclusão Excedido

Ocorreram	0
-----------	---

Total de Manifestações

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	0
Meio Ambiente e Urbanismo	0
Saúde	0
Consumidor	0
Outros	0
Educação	0
Portador de Necessidades Especiais	0
Idoso	0
Conflito Agrário	0
Questão Indígena	0

Julgamentos

Procedência Conforme Pedido/Parecer do MP de 1º Grau

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	148
Meio Ambiente e Urbanismo	60
Saúde	124
Consumidor	270



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Outros	15526
Educação	76
Portador de Necessidades Especiais	52
Idoso	31
Conflito Agrário	7
Questão Indígena	1

Improcedência Contrária ao Pedido/Parecer do MP de 1º Grau

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	29
Meio Ambiente e Urbanismo	34
Saúde	58
Consumidor	142
Outros	989
Educação	49
Portador de Necessidades Especiais	15
Idoso	13
Conflito Agrário	4
Questão Indígena	0

Procedência Conforme Pedido/Parecer do MP de 2º Grau

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	89
Meio Ambiente e Urbanismo	97
Saúde	108
Consumidor	1040
Outros	2480
Educação	73
Portador de Necessidades Especiais	19
Idoso	39
Conflito Agrário	4
Questão Indígena	1

Improcedência Contrária ao Pedido/Parecer do MP de 2º Grau

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	52
Meio Ambiente e Urbanismo	66
Saúde	120
Consumidor	443
Outros	1547
Educação	76
Portador de Necessidades Especiais	21
Idoso	30



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Conflito Agrário	5
Questão Indígena	0

Procedência Conforme Pedido/Parecer do MP que Atua Perante Tribunal Superior

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	2
Meio Ambiente e Urbanismo	1
Saúde	4
Consumidor	22
Outros	95
Educação	3
Portador de Necessidades Especiais	9
Idoso	2
Conflito Agrário	2
Questão Indígena	0

Improcedência Contrária ao Pedido/Parecer do MP que Atua Perante Tribunal Superior

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	1
Meio Ambiente e Urbanismo	2
Saúde	4
Consumidor	12
Outros	49
Educação	7
Portador de Necessidades Especiais	1
Idoso	3
Conflito Agrário	1
Questão Indígena	0

Controle de Constitucionalidade Abstrato

Ações propostas pelo MP

Ocorreram	23
-----------	----

Pareceres

Ocorreram	87
-----------	----

Julgamento em Sede de Controle Abstrato de Constitucionalidade

Procedência Conforme Pedido/Parecer do MP

Ocorreram	25
-----------	----

Procedência Contrária ao Pedido/Parecer do MP

Ocorreram	0
-----------	---

**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Improcedência Conforme Pedido/Parecer do MP

Ocorreram	0
-----------	---

Improcedência Contrária ao Pedido/Parecer do MP

Ocorreram	0
-----------	---

ÁREA - Infância e Juventude**Ano: 2010****Mês: Todos****Área dos Atos Infracionais**

Passam para o Mês Seguinte Sem Prazo de Manifestação Excedido

Ocorreram	304
-----------	-----

Passam para o Mês Seguinte Com Prazo de Manifestação Excedido

Ocorreram	66
-----------	----

Boletins de Ocorrências e Outras Notícias de Atos Infracionais Recebidos

Ocorreram	1678
-----------	------

Boletins de Ocorrências e Outras Notícias Arquivadas Sem Concessão de Remissão

Ocorreram	132
-----------	-----

Representações de Atos Infracionais Oferecidas

Ocorreram	891
-----------	-----

Remissões Concedidas pelo MP

Simples	80
Cumulada com Medida Sócio-Educativa - Advertência	130
Cumulada com Medida Sócio-Educativa - Obrigação de Reparar Dano	4
Cumulada com Medida Sócio-Educativa - Prestação de Serviços à Comunidade	150
Cumulada com Medida Sócio-Educativa - Liberdade Assistida	26

Processos Recebidos

No Primeiro Grau

Ocorreram	10077
-----------	-------

No Segundo Grau

Ocorreram	0
-----------	---

No Órgão do MP que Atua Perante Tribunais Superiores

Ocorreram	0
-----------	---

**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO****Defesa dos Direitos Transindividuais da Área da Infância e Juventude****Inquéritos Cíveis/Procedimentos Preparatórios**

Instaurados	185
Arquivados Com Ajustamento de Conduta	20
Arquivados Sem Ajustamento de Conduta	37

Ações Cíveis Ajuizadas

Ação Civil Pública	106
Apuração de Infração Administrativa	0
Dstituição/Suspensão do Poder Familiar	64
Outras	200

Visitas a Unidades de Atendimento Sócio-Educativo

Ocorreram	19
-----------	----

Julgamentos**Na Área dos Atos Infracionais**

Representações Julgadas Procedentes	153
Representações Julgadas Parcialmente Procedentes	8
Representações Julgadas Improcedentes	29

Na Área da Defesa Transindividual

Ações Cíveis Julgadas Procedentes	6
Ações Cíveis Julgadas Parcialmente Procedentes	1
Ações Cíveis Julgadas Improcedentes	1

Processos Analisados**No Primeiro Grau**

Ocorreram	10361
-----------	-------

No Segundo Grau

Ocorreram	63
-----------	----

No Órgão do MP que Atua Perante Tribunais Superiores

Ocorreram	0
-----------	---



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Presídios

Visitas

Ocorreram	96
-----------	----

Relatórios Emitidos a Corregedoria

Ocorreram	96
-----------	----

Outras Providências Adotadas

Ocorreram	67
-----------	----

Delegacias

Visitas

Ocorreram	310
-----------	-----

Relatórios Emitidos a Corregedoria

Ocorreram	242
-----------	-----

Outras Providências Adotadas

Ocorreram	45
-----------	----

Unidades de Abrigamento de Menores

Visitas

Ocorreram	28
-----------	----

Relatórios Emitidos a Corregedoria

Ocorreram	13
-----------	----

Outras Providências Adotadas

Ocorreram	6
-----------	---

Unidades de Cumprimento de Medida Sócio-Educativa

Visitas

Ocorreram	42
-----------	----

Relatórios Emitidos a Corregedoria

Ocorreram	41
-----------	----

Outras Providências Adotadas

Ocorreram	13
-----------	----

DESPESAS

LEVANTAMENTO PARA DIVULGAÇÃO / CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2010

(1)DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
5.297.396,53	5.445.723,28	8.523.581,69	7.257.479,24	7.608.068,30	8.547.695,46	7.463.971,61	6.145.964,02	9.045.658,67	5.906.386,49	0,00	0,00	71.241.925,29

PESSOAL

ATIVOS

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
5.112.496,06	5.162.183,54	5.052.762,12	5.220.640,18	5.490.453,02	7.126.817,42	5.440.146,83	5.473.872,13	5.639.187,42	5.393.457,46	0,00	0,00	
4.978.865,87	5.023.263,61	4.913.842,19	5.081.304,98	5.353.625,71	6.987.793,67	5.301.606,19	5.335.342,94	5.500.658,23	5.257.434,94	0,00	0,00	53.733.738,33
- Despesa de Exercícios Anteriores	-		7.967,29			21.015,45		140.007,20	21.015,45			190.005,39
- Indenizações		13.909,61		173.071,15	113.208,65	133.109,75			105.964,37			539.263,53
- Obrigações Patronais	668.897,70	795.499,05	554.118,31	774.421,89	671.475,93	695.347,74	802.265,74	711.995,54	941.956,86	727.174,94		7.343.153,70
- Ressarcimento de P. Requisitado			20.743,32		7.110,13	7.110,13				21.330,39		56.293,97
- Vencimento e Vantagens	4.309.968,17	4.213.854,95	4.359.723,88	4.278.172,48	4.509.078,63	6.172.127,15	4.623.347,40	4.418.694,17	4.381.949,79			45.605.021,74

INATIVOS

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
133.630,19	138.919,93	138.919,93	139.335,20	136.827,31	139.023,75	138.540,64	138.529,19	138.529,19	136.022,52	0,00	0,00	1.378.277,85
- Obrigações Patronais	133.630,19	138.919,93	138.919,93	139.335,20	136.827,31	139.023,75	138.540,64	138.529,19	136.022,52			1.378.277,85

CORRENTES

MATERIAL DE CONSUMO

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
179.110,53	274.272,39	393.898,35	343.371,50	433.675,43	352.211,78	326.889,13	565.441,98	393.130,24	381.537,50	0,00	0,00	
1.965,67	9.716,92	66.180,09	25.573,42	30.506,94	17.889,29	24.575,33	90.327,18	21.434,30	14.278,34	0,00	0,00	302.447,48
-Anulação de Suprimento de Fundos				85,06								85,06
- Água Mineral		1.308,50	786,00	1.426,00	1.061,00	1.348,50	798,00	1.200,00	960,00	972,00		9.860,00
- Alimentação			160,00	240,00	120,00	160,00		200,00	160,00			1.200,00
- Camisas para Educação						2.547,00						2.547,00
- Combustível		5.699,37	7.389,83	13.611,36	10.696,95	12.252,34	8.714,41	8.277,60	11.310,10	199,97		78.151,93
- Demais Materiais		714,11	221,36	798,80	1.603,69	992,50	75,00	1.312,76	973,08	387,60		7.078,90
-Fornecimento de Gás										218,72		218,72
-Materiais de Copa e Cozinha										317,37		317,37
-Materiais de Expediente										164,00		164,00
- Materiais dist. Gratuita			775,00				628,00	2.070,00				3.473,00
- Materiais Elétricos	1.162,00		2.355,75	75,00	2.566,98		73,06	963,67	342,50			7.538,96
- Materiais Hidráulicos			194,28				56,50					250,78
- Materiais p/ Informática					10.512,80							10.512,80
- Materiais p/ Refrigeração	110,00		371,64	349,94	648,00	759,60	4.515,50		614,76			7.369,44
- Medicamentos				1.539,56			2.277,60					3.817,16
- Patrimônio			745,50									745,50
- Peças p/ Viaturas	513,67	694,94	1.335,05	1.228,40	848,78	265,00	1.143,72	1.436,23	2.757,45	574,37		10.797,61
- Suprimento Almoxarifado	180,00		51.246,48	4.004,36		2.111,35	11.137,20	69.744,98	2.200,00	10.230,00		150.854,37
- Suprimento de Fundos		1.300,00		1.300,00	2.533,80		804,95					5.938,75
- Tintas/ Telhas			599,20	1.000,00					97,05			1.696,25

SERVIÇOS

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
177.144,86	264.555,47	327.718,26	317.798,08	403.168,49	334.322,49	302.313,80	475.114,80	371.695,94	367.259,16	0,00	0,00	3.341.091,35
-Anulação de Suprimento de Fundos				250,00								250,00
- Água/Esgoto	3.982,54	6.017,34	6.843,15	7.738,22	6.063,09	5.688,13	6.379,51	6.642,55	7.504,71	7.206,97		64.066,21
- Alimentação/ Servidores de Plantão		93,00	2.782,00	4.343,00	2.797,50	3.072,50	2.436,00	2.831,00	3.219,50	3.463,50		25.038,00
- Arrendamento Mercantil		3.760,00	3.760,00	3.760,00	3.760,00	3.760,00	3.760,00	3.760,00	3.760,00	3.760,00		33.840,00
- Auxílio Funeral								18.292,35				18.292,35
- Concurso Público								84.082,60		47.179,40		131.262,00
- Correios/Encadern/Public	1.645,66	8.070,00	14.384,15	11.503,76	14.350,56		7.909,96	20.515,75	11.031,04	7.350,00		96.760,88
- Demais Serviços		375,00	799,13	962,00		31,00	267,00	404,00	370,00	224,00		3.432,13
- Diárias		3.172,00	33.369,00	26.482,00	14.609,50	13.167,50	8.344,00	26.040,00	10.227,00	14.964,50		150.375,50
- Elevadores	1.200,00	1.200,00			3.600,00			3.600,00	1.200,00			10.800,00
- Energia Elétrica		27.273,70	29.532,03	33.805,41	34.122,91	35.573,48	34.211,09	26.870,38	27.825,07	29.950,34		279.164,41
- Estagiários/Vale Transp.	45.741,72	56.052,19	68.453,41	65.558,28	68.961,16	64.871,25	69.459,70	64.788,70	64.070,73	69.565,66		637.522,80
- Hospedagens			467,71			1.808,00		432,40				2.708,11
- Implantação de Coral	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00			9.900,00
- INSS	246,40	2.346,65	2.207,01	647,20	1.256,05		3.074,32	1.420,00	1.846,35	220,00		13.263,98
-Indenizações e Restituições					2.138,00		450,00					2.588,00
- Inscrições/Treinamento de Servidores	630,00		1.260,00	3.430,00	19.740,00	1.350,00		1.260,00	630,00	3.630,00		31.930,00
- IPTU/Escritura	12.000,10	17.419,73										29.419,83
- Locação de Máquinas		2.590,00	2.072,00	2.294,00		4.514,00	2.220,00	4.440,00	2.220,00			20.350,00

DESPESAS

- Locação de Veículos					896,00								896,00
- Locação de Imóveis	4.963,81	14.600,33	12.664,31	11.336,02	15.353,86	17.405,77	9.974,76	12.068,50	10.132,48	12.822,03			121.321,87
- Licenciamento de Viaturas								3.424,93	975,00				4.399,93
- Limpeza e Conservação/Multserv	102.900,00	102.900,00	96.176,73	96.176,73	190.841,71	120.727,69	120.727,69	121.059,26	121.059,26	121.059,26			1.193.628,33
- Manut. de Veículos	264,40	123,00	1.202,50	399,05	471,70	30,00	666,05	771,38	1.915,64	175,65			6.019,37
- Manut. Prédio PGJ						221,60				11.836,98			12.058,58
- Passagens			6.841,06	17.499,20		13.063,48	10.067,28	8.176,78	7.805,49	5.079,70			68.532,99
- Pesquisa Documental						5.400,00		6.000,00	6.500,00	1.100,00			19.000,00
- Planejamento estratégico						12.000,00							12.000,00
- Processamento de Dados/Thema/T.J.		11.320,71	13.152,02	17.149,71	16.814,64	10.914,14	11.389,14	11.389,14	17.011,43	13.384,14			122.525,07
- Ressarcimento			871,48	493,90				736,29	300,00	99,33			2.501,00
- Recuperação de Telhado			900,00		1.200,00								2.100,00
- Serviço de Filmagens			3.000,00					600,00					600,00
- Serviço de Informática								54.520,00	275,00				
- Serviços Gráficos						7.996,00	812,00						8.808,00
- Serviços p/ Refrigeração				770,00				2.976,00	480,00				4.226,00
- Serviços Telefonicos									3.187,00	990,00			4.177,00
- Segurança/Alarme	590,00	590,00	590,00		590,00	590,00	590,00	590,00	590,00	590,00			5.310,00
- Seguro de Vida/ Estagiários													0,00
- Seguro das Viaturas				2.640,23				18.406,02					18.406,02
- Suprimento Almojarifado		3.130,45		590,00	912,00			6.687,10					11.319,55
- Suprimento de Fundos		700,00		700,00				799,20	200,00				2.399,20
- Telefonia	1.880,23	1.721,37	25.290,57	8.419,37	3.839,81	11.037,95	8.475,30	19.390,47	9.795,24	10.112,70			99.963,01

DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Desp. Exerc. Anteriores	5.789,94	3.397,95	105,07	27.012,47				-		9.540,98			45.846,41

CAPITAL	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
INVESTIMENTOS	0,00	5.869,40	3.076.816,15	1.666.455,09	1.683.939,85	1.068.666,26	1.696.935,65	106.649,91	3.013.341,01	121.850,55	0,00	0,00	12.440.523,87
- Equip. e Material Permanente		5.869,40	2.261,17	56.388,85	78.245,35	1.571,10	18.802,00	19.442,50	1.050,10	121.850,55			305.481,02
- Obras e Instalações			3.074.554,98	1.610.066,24	1.605.694,50	1.067.095,16	1.678.133,65	87.207,41	3.012.290,91				12.135.042,85

(2)DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
	0,00	4.269.045,57	757.821,22	0,00	26.813,15	0,00	50.184,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.103.864,57
-	-	-	-	-	-	-	-	-					
Pagamento de Restos à Pagar		4.269.045,57	757.821,22		26.813,15		50.184,63						5.103.864,57

(1 + 2) TOTAL DAS DESPESAS

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
	5.297.396,53	9.714.768,85	9.281.402,91	7.257.479,24	7.634.881,45	8.547.695,46	7.514.156,24	6.145.964,02	9.045.658,67	5.906.386,49	0,00	0,00	76.345.789,86

LEVANTAMENTO PARA DIVULGAÇÃO / CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2010

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS														
ITEM	DESCRIÇÃO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
1-	Repasse Custeio	423.000,00	412.000,00	412.000,00	412.000,00	412.000,00	412.000,00	412.000,00	412.000,00	412.000,00	412.000,00			4.131.000,00
2-	Pessoal e Encargos Sociais	4.985.078,32	5.162.494,15	5.049.897,31	5.224.092,06	5.490.453,02	7.126.817,42	5.440.146,83	5.473.872,13	5.639.187,42	5.529.479,98			55.121.518,64
	- Investimento/Obra			3.034.554,98	1.434.724,24	1.741.036,50	1.147.095,16	1.701.324,22	64.016,84	3.012.290,91	34.490,19			
	TOTAL	5.408.078,32	5.574.494,15	8.496.452,29	7.070.816,30	7.643.489,52	8.685.912,58	7.553.471,05	5.949.888,97	9.063.478,33	5.975.970,17	0,00	0,00	71.422.051,68

RECEITAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS														
ITEM	DESCRIÇÃO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
1-	Restos à Pagar	207.974,59	4.061.070,98	757.821,22		26.813,15		50.184,63						5.103.864,57
	TOTAL	207.974,59	4.061.070,98	757.821,22	0,00	26.813,15	0,00	50.184,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.103.864,57

TOTAL GERAL DE RECEITAS	5.616.052,91	9.635.565,13	9.254.273,51	7.070.816,30	7.670.302,67	8.685.912,58	7.603.655,68	5.949.888,97	9.063.478,33	5.975.970,17	0,00	0,00	0,00	76.525.916,25
--------------------------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------	-------------	-------------	-------------	----------------------

MOVIMENTAÇÃO DOS FUNDOS

RECEITAS														
FUNDO	Saldo Anterior	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
FEMP	315.875,67	1.610,89	3.973,02	3.378,00	2.482,91	6.377,42	10.061,82	5.254,48	3.802,22	132.894,34	4.446,49			490.157,26
FUPEN	20.712,22	1.749,80	2.298,10	1.435,22	2.427,48	2.060,98	2.951,81	1.740,00	2.166,88	2.779,14	2.105,77			42.427,40
TOTAL	336.587,89	3.360,69	6.271,12	4.813,22	4.910,39	8.438,40	13.013,63	6.994,48	5.969,10	135.673,48	6.552,26	0,00	0,00	532.584,66

OBS. O valor de R\$ 4.043.869,48, Corresponde a Restos a Pagar de 2008.

OBS. A diferença de R\$ 250,06 se refere a devolução de Suprimento

ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA-GERAL

PROVIDÊNCIAS DECORRENTES
POR ESPECIALIDADE

Período: 01/01/2010 a 11/11/2010

ESPECIALIDADE	AC	ACP	AI	A. CRI	TAC	EXE	Total
Apur. de Ato Infra. Atrib. à Criança e Adolescente	0	2	0	0	0	0	2
Atuação no Sistema Prisional	0	1	0	0	0	0	1
Controle e Fiscalização do Terceiro Setor	0	10	2	1	7	0	20
Controle Externo da Atividade Policial	0	0	0	1	0	0	1
Defesa do Consumidor	0	6	1	1	2	0	10
Defesa do Meio Ambiente	0	31	3	8	23	7	72
Defesa do Patrimônio Público	2	56	45	2	27	9	141
Defesa do Patrimônio Social e Cultural	0	5	0	0	2	0	7
Defesa do Urbanismo	2	6	1	0	1	2	12
Direitos à Educação	0	19	3	0	17	0	39
Direitos à Saúde	1	48	2	0	77	2	130
Direitos das Pessoas com Deficiência	0	4	0	0	0	0	4
Direitos do Idoso	1	8	0	0	1	0	10
Direitos dos Acidentados do Trabalho	0	0	0	0	0	0	0
Direitos Humanos em Geral	2	1	0	0	1	1	5
Direitos Inerentes à Criança e Adolescente	9	70	5	0	5	23	112
Outras	0	1	0	0	3	3	7
Previdência Pública	0	0	0	0	0	0	0
Proteção aos direitos da Mulher	0	0	0	0	0	0	0
Questões Agrárias	0	0	0	0	0	0	0
Serviços de Relevância Pública	0	10	2	4	30	1	47
Total	17	278	64	17	196	48	620

Legenda:

AC - Ações Cautelares.
ACP - Ações Cíveis Públicas.
AI - Ações de Improbidade.

A. CRI - Ações Criminais.
TAC - Termos de Ajustamento de Conduta.
EXE - Ações de Execução.



ESTADO DE SERGIPE
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

**ESTATÍSTICA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL
REFERENTE AO MÊSES DE JANEIRO À OUTUBRO/2010**

QUADRO GERAL DE MANIFESTAÇÕES PROCESSUAIS

PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA	PARECERES EMITIDOS	CONTRA- RAZÕES	DILIGÊNCIA SOLICITADA	DESIGNAÇÃO DE PROMOTOR Art.26 do CPP	PELA NÃO MANIFESTAÇÃO	PARA EXAME E CIÊNCIA DA DECISÃO	PELA REITERAÇÃO	RECURSO INTERPOSTO	DENÚNCIA	A RETORNAR	TOTAL
MARIA CRISTINA GAMA F. MENDONÇA	604	002	136	042	-	917	019	213	-	-	1.933
CELSO LUIS DÓRIA LEÓ	701	012	034	-	011	-	010	-	-	-	768
MARIA HELENA F. DE BARROS.	699	012	012	-	040	-	004	-	-	001	768
JOSENIAS FRANÇA DO NASCIMENTO	698	024	015	-	012	-	014	-	-	004	767
MARIA CREUZA B. DE FIGUEIREDO.	676	014	004	-	059	-	010	-	-	003	766
MARIA JOSELITA ALMEIDA BARBOSA	481	016	014	-	242	-	005	-	-	008	766
MARIA LUÍZA VIEIRA CRUZ	477	012	022	-	040	-	013	-	-	198	762
MOACYR SOARES DA MOTTA	565	012	014	-	157	-	013	-	-	-	761
LUIZ VALTER RIBEIRO	669	010	013	-	060	-	008	-	-	-	760
MARIA CONCEIÇÃO DE F. ROLEMBERG	641	008	029	-	019	-	007	-	-	056	760
RODOMARQUES NASCIMENTO	654	012	014	-	025	-	005	-	-	049	759
JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA FILHO	701	004	037	-	-	-	005	-	-	010	757
ANA CHRISTINA SOUZA BRANDI	572	017	027	-	128	-	007	-	-	-	751
MARIA EUGENIA DA SILVA RIBEIRO	323	014	050	-	020	-	003	-	-	-	410
CARLOS AUGUSTO ALCÂNTARA MACHADO	303	006	022	-	010	-	004	-	-	-	345
TOTAL	8.764	175	443	042	823	917	127	213		329	11.833

12035



ESTADO DE SERGIPE
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ESTATÍSTICA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL
REFERENTE AO MÊSES DE JANEIRO À OUTUBRO/2010

QUADRO GERAL DE PROCESSOS MOVIMENTADOS

MESES	CÂMARA CÍVEL	CÂMARA CRIMINAL	CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS	TURMA RECURSAL	TRIBUNAL PLENO	TOTAL
JANEIRO	677	248	006	002	050	983
FEVEREIRO	536	278	002	001	040	857
MARÇO	598	376	009	010	090	1.083
ABRIL	655	318	007	009	060	1.049
MAIO	711	379	010	002	099	1.201
JUNHO	408	342	004	007	073	834
JULHO	505	383	009	002	061	960
AGOSTO	903	459	004	009	071	1.446
SETEMBRO	1.165	438	008	007	144	1.762
OUTUBRO	1.256	284	006	011	101	1.658
NOVEMBRO	-	-	-	-	-	-
DEZEMBRO	-	-	-	-	-	-
TOTAL	7.414	3.505	065	060	789	11.833



Ministério Público de Sergipe
Procuradoria-Geral de Justiça